



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba

# Relatório de Gestão

Biênio 2007/2008





TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO

147



**U**m Tribunal mais ágil, mais célere e mais próximo da Sociedade foi nosso objetivo maior ao longo deste Biênio que agora se encerra. Afinal, nenhuma gestão pública pode ter a eficácia medida sem que seja levada em conta a repercussão social de programas e metas.

No caso em pauta, os esforços para a consecução do que foi planejado também envolveram providências indispensáveis ao aprimoramento e à satisfação dos nossos quadros funcionais.

Inscribe-se no conjunto dessas iniciativas o Programa de Cargos, Carreiras e Remuneração do Tribunal de Contas do Estado, cuja implantação veio para solucionar, justa e necessariamente, pendências de mais de uma década.

Não há dúvida de que a boa qualidade dos serviços públicos – jurisdicionais, ou não – sempre estará na dependência do preparo e do grau de satisfação pessoal daqueles pelos quais são prestados à coletividade.

Não se deram à-toa, portanto, os investimentos, também, em favor do crescimento humano de cada um dos nossos servidores. Falam bem disso o incentivo ao esporte, bem como a promoção do “TCE + Cultura”, projeto que nos trouxe, de viva voz, várias das mais legítimas e conceituadas expressões das artes e da cultura regionais.

A Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil), em instalações próprias amplas e confortáveis, continuou a contribuir para o aperfeiçoamento técnico não apenas dos nossos quadros, mas, ainda, das equipes de servidores municipais, estaduais e federais.

Não poderia ser diferente na história de um Tribunal cujos dirigentes, um após outro, sentem-se na obrigação de promover os avanços que têm feito desta uma das mais respeitadas e modernas Cortes de Contas do País. Assim, muito do que se fez aqui, neste Biênio, decorreu do propósito de dar seqüência a realizações que, por sua importância, não admitiriam interrupções, nem desvios.

Ao mesmo tempo em que perseguimos a valorização da Prata da Casa – humana e profissionalmente –, buscamos atender aos jurisdicionados e aos cidadãos em geral com iniciativas destinadas ao aprimoramento dos nossos serviços e à presteza e justiça das nossas decisões.

A reestruturação dos procedimentos de Auditoria, seja com o Zoneamento do Estado por conjunto de Municípios, seja com a elaboração de Manuais de Auditoria úteis à padronização de normas, atende a esses propósitos.

O mesmo pode ser dito do reforço da equipe e dos equipamentos, ora mediante contratação de servidores concursados no período anterior a este, ora com o aumento da frota de veículos e, ainda, com a do reaparelhamento do Sistema de Informática sem o qual não seria possível a instalação de um novo e importante Banco de Dados.

Agora, não é apenas o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres) o instrumento em defesa da transparência que o TCE põe à disposição da sociedade. É, também, o Sistema Eletrônico de Decisões cujo acesso permite ao interessado não apenas o acompanhamento de cada trâmite processual, mas, ainda, o conhecimento da aprovação ou reprovação de contas públicas, com aplicações de multas e imputação de débitos.

Em suma, tudo o que procuramos fazer, ao longo desses dois anos, foi atender, da melhor forma possível, aos reclamos dos paraibanos, num instante em que todos exigem dos organismos de controle externo a eficiência, a transparência e a agilidade indispensáveis a esses novos tempos.

Mas, para tanto, pudemos contar, felizmente, com a ação oportuna e benéfica de todos aqueles que nos antecederam.

Conselheiro Arnóbio Viana  
Presidente do Tribunal de Contas do Estado



Mensagem do Presidente .....	01
Missão, Visão e Valores da Instituição .....	03
Corpo Diretivo no Biênio 2007/2008 .....	04
Posse dos Novos Dirigentes .....	05
Descentralização de Ações na Gestão .....	07
• Atividades descentralizadas e coordenadas por comissões .....	07
• Auditores coordenam as comissões específicas .....	08
• Novos sistemas facilitam e tornam mais transparentes ações do TCE .....	09
• Estudos desenvolvidos: Trabalho viabiliza Matriz de Indicadores da Gestão .....	10
• Análise sobre ilegalidade das OSCIPs é exemplo para outros TCs do Brasil .....	11
Implementação na Gestão .....	12
• Auditoria Operacional: TC integra programa nacional e implementa projetos pilotos .....	12
• Primeira experiência no Hospital de Emergência e Traumas .....	13
• Comissão Especial elabora manuais para facilitar trabalho das auditorias .....	14
• Manuais de Auditoria .....	15
• Escola de Contas é reestruturada e recebe apoio para novos cursos .....	16
• Treinamentos, visitas técnicas e participação em eventos .....	18
• Programa VOCE: Programa de controle social criado pelo TCE é inédito no País e repercute em outros Estados .....	19
• Reestruturação da DIAFI: Modificações permitem criar banco de dados para cruzamento de informações .....	21
• Auditorias Regionalizadas possibilitam inspeções em todos os 223 municípios .....	23
• Inspeções <i>in loco</i> realizadas em Prefeituras e Câmaras Municipais .....	24
• Números Positivos: Pleno e Câmaras superam as metas e passam de 11 mil processos julgados .....	26
• Imputação de débitos e remessas ao Ministério Público .....	27
• Força Tarefa: Mais de 4 mil processos de aposentadoria, pensão e reforma analisados pela Auditoria .....	28
• Ouvidoria é mais um canal de acesso para a sociedade .....	29
• Tribunal de Contas leva o Sagres às escolas .....	30
• Plano Estratégico: Comissão traça metas para os biênios 2009/2014 .....	31
• Aprimoramento no processo de fiscalização das obras públicas .....	31
• Articulação: Parcerias e convênios do TCE/Pb com órgãos e entidades fortalecem a fiscalização pública .....	32
Outros Destaques .....	35
• Transparência: Sistema Eletrônico permite acesso às decisões do TC nos últimos dois anos .....	35
• Novos Eleitos: TCE/Pb orienta comissões de transição pacíficas nas prefeituras municipais .....	36
• Literatura, música e cinema no Projeto TCE + Cultura .....	37
• Coral do TCE/Pb une o popular e o erudito nas vozes dos servidores .....	39
• Servidores do Tribunal são beneficiados com novo Plano de Cargos e Carreiras .....	40
• Presidente empossa aprovados em concurso público .....	41
• Advogados ganham espaço no Tribunal de Contas .....	41
• Serviços de drenagem e pavimentação reestruturaram estacionamento do TCE .....	42
• Marcos Ubiratan se aposenta após 20 anos de TCE .....	43
• Harmonia com os poderes e órgãos foi marca da gestão .....	44
• Serviços de Saúde: Gabinetes médico e odontológico no dia-a-dia da Corte .....	45
Eventos .....	46
• Palestra de Ariano Suassuna e entrega de medalhas no aniversário do Tribunal .....	46
• Palestra da Atricon no TCE .....	47
• Destaque nas Olimpíadas .....	48



**Posse dos novos dirigentes  
do Tribunal de Contas**

PÁGINA 5



**Escola de Contas recebe  
apoio e novas instalações**

PÁGINA 16



**Processo de Regionalização  
das inspeções nas auditorias**

PÁGINA 22



**Valorização dos servidores  
com o novo Plano de Cargos**

PÁGINA 40

## Missão

Corresponder às demandas da sociedade, exercendo o acompanhamento, o controle e a fiscalização da gestão dos recursos públicos, com fidelidade aos princípios constitucionais.

## Visão

Ser reconhecido como referencial de excelência dentre as organizações de controle e fiscalização da gestão de recursos públicos.

## Valores

- **Compromisso Social:** O TCE orientará suas ações, com absoluta autonomia, no sentido de atender às demandas da sociedade por controle e fiscalização da gestão dos recursos públicos.
- **Equidade:** O TCE dispensará a todos os jurisdicionados, organizações da sociedade civil, servidores e cidadãos em geral tratamento equânime, igualitário, impessoal e imparcial.
- **Ética:** O TCE como instituição e cada um dos seus servidores pautarão seu comportamento segundo os princípios de austeridade, moralidade, impessoalidade, probidade administrativa, legalidade e respeito aos indivíduos e às entidades públicas ou privadas, observando o sigilo quando da defesa da intimidade e do interesse social o exigir ou, ainda, até que, durante apurações, decida o Tribunal pela inexistência de direito ao sigilo.
- **Qualidade:** o TCE buscará a melhoria contínua dos seus resultados, procedimentos e ambientes de trabalho, bem como a qualidade na prestação de serviços aos jurisdicionados, às organizações da sociedade civil, aos cidadãos, em geral, e aos servidores, em particular.
- **Transparência:** o TCE tornará públicas, na máxima extensão permitida pela lei, todas as suas ações, resultados e decisões, bem como as informações sobre receitas e despesas dos entes públicos sob sua jurisdição e resultados por eles alcançados.



## **Corpo Diretivo**

**Arnóbio Alves Viana**

Conselheiro Presidente

**Antônio Nominando Diniz Filho**

Conselheiro Vice-Presidente

**José Marques Mariz**

Conselheiro Presidente da 1ª Câmara

**Fernando Rodrigues Catão –**

Conselheiro Presidente da 2ª Câmara

**Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**

Conselheiro Corregedor

**Flávio Sátiro Fernandes**

Conselheiro Ouvidor

**Marcos Ubiratan Guedes Pereira**

Conselheiro

## **Procuradores**

**Ana Teresa Nóbrega**

Procuradora Geral

**André Carlos Torres Pontes**

Sub-Procurador Geral

**Marcílio Toscano da Silva Santos**

**Sheyla Barreto Braga Queiroz**

**Isabella Barbosa Marinho Falcão**

**Elvira Samara Pereira de Oliveira**

## **Audidores**

**Antônio Cláudio Silva Santos**

**Umberto Silveira Porto**

**Antônio Gomes Vieira Filho**

**Renato Sérgio Santiago Melo**

**Oscar Mamede Santiago Melo**

**Marcos Antônio da Costa**

**Diretor Executivo Geral**

Francisco José Pordeus de Souza

**Diretor de Auditoria e Fiscalização**

Francisco Lins Barreto Filho

**Diretora de Apoio Interno**

Mª Honorina B. de Mendonça

**Assessora Técnica Chefe**

Marilza Ferreira Andrade

**Assistente Especial da Presidência**

Eurídice Cunha Dantas



## TCE empossa novos dirigentes para o biênio 2007/2008

Escolhido, à unanimidade, em sessão especial do Tribunal Pleno, ocorrida em 13 de dezembro de 2006, o Conselheiro Arnóbio Alves Viana foi empossado na Presidência do Tribunal de Contas do Estado em 17 de fevereiro de 2007.

Ele assumiu o mandato ao lado do vice-presidente, Conselheiro Antônio Nominando Diniz e do corregedor geral, Conselheiro Fábio Nogueira, além dos novos presidentes das 1ª e 2ª câmaras deliberativas, respectivamente, os Conselheiros José Márquez Mariz e Fernando Catão. Os novos dirigentes da Corte de Contas assumiram os cargos para o biênio 2007/2008.

No seu discurso de posse o novo presidente do TCE já manifestava sua preocupação com a celeridade processual e com a eficácia das decisões da Corte de Contas.

Ele projetou um trabalho articulado e permanente com a Procuradoria Geral de Justiça, as Controladorias da União, dos Estados e Municípios e, ainda, com a Polícia Federal. Para ele, a integração dos organismos responsáveis pelo acompanhamento dos gastos públicos evita o paralelismo,

a assincronia e as contradições no trabalho dos vários órgãos de investigação e controle externo. “A união de esforços contribui com a apuração e punição dos responsáveis por desvios do patrimônio e do dinheiro da sociedade”.

Falando em nome do Ministério Público, a Procuradora Geral, Ana Tereza Nóbrega, saudou os novos dirigentes e enfatizou que “Agilidade com prudência e cautela, respeitando o sinal vivo da legislação, com certeza será o marco que continua e que a sociedade paraibana espera dos novos dirigentes, ora empossados.

Coube ao Conselheiro Ouvidor, Flávio Sátiro Fernandes fazer a homenagem da Corte aos empossados. Ele enfatizou a dinâmica do colegiado, sempre aberta a transformações tendentes a direcioná-lo no melhor caminho em busca do efetivo controle das contas públicas. Disse, ainda, que “tais transformações são ditadas ora pelas normas constitucionais ou legais, ora pela determinação do próprio Tribunal em aprimorar seus resultados e aperfeiçoar suas respostas às indagações, aos anseios e aos desejos da sociedade”.



Os novos dirigentes do TCE foram empossados nos respectivos cargos em sessão solene



## Ações articuladas definem perfil da gestão

Como projetou no momento de sua posse, o Conselheiro Arnóbio Viana buscou direcionar sua gestão através de várias ações articuladas, que vieram a definir o perfil de sua gestão. Naquele momento ele previa que “Uma grande ação articulada, mobilizando em equipe os melhores recursos de cada órgão ou entidade envolvidas, certamente proporcionaria resultados mais amplos e, pela simples coercibilidade, tenderia a desencorajar as distorções, os alcances, os desvios e outros fatos delituosos que minam as atividades públicas e quase sempre prejudicam as camadas mais pobres da população”.

O novo presidente evidenciava que trabalho em parceria, acompanhado do devido cruzamento de informações entre as instituições fiscalizadoras e outras entidades, associados a um suporte técnico adequado, traria um avanço significativo para obtenção resultados mais eficazes.

Salientou também que desde a fundação, o Tribunal procura, incessantemente, ampliar os meios necessários ao eficiente cumprimento de suas atribuições. “Temos

podido, independentemente do rodízio de gestores e das modificações nos quadros técnicos, acrescer nossas realizações e tornar mais objetiva sua ação.”

A integração e o trabalho em parceria, assim como um incremento nos meios de trabalho, otimizaram recursos e resultados no biênio. O intercâmbio de dados e informações, assim como o conhecimento técnico mais profícuo fomentado entre entidades de interesses convergentes foi uma conquista perseguida desde os primeiros dias desta gestão.

Por sua vez, a ênfase seria dada também à sistematização de procedimentos de Auditoria, item incluído no Planejamento Estratégico do Tribunal, notadamente na intensificação quanto à utilização dos recursos de tecnologia e gestão da informação.

Para lograr êxito neste empreendimento, o Conselheiro Arnóbio Viana procurou descentralizar ações, através da instituição de coordenações, as quais foram atribuídas aos Conselheiros Antônio Nominando Diniz e Fernando Rodrigues Catão.

*“A integração e o trabalho em parceria otimizaram recursos e resultados no biênio”*





## Atividades descentralizadas e coordenadas por comissões

Visando descentralizar as ações de gestão para o biênio 2007/2008, o Conselheiro Arnóbio Alves Viana, Presidente do TCE/Pb, constituiu comissões especiais para otimizar e maximizar os resultados pretendidos.

Dentro de um plano estratégico estabelecido, ficou sob a coordenação do Conselheiro Nominando Diniz Filho, as comissões da saúde, educação, OSCIP's e Obras Inacabadas. Coube ao Conselheiro Fernando Rodrigues Catão coordenar os trabalhos de análise sobre o Sistema de Gestão e Tecnologia da Informação no Tribunal, os Institutos Próprios de Previdência dos Municípios e do Estado e os parâmetros de consumo de combustíveis, além da tarefa de realizar estudos sistemáticos quanto ao estabelecimento de escores para cotejo em procedimentos de Auditoria, tendo por base dados estatísticos.

A Comissão das OSCIP's, sob a coordenação do Conselheiro Nominando Diniz, trabalhou na investigação dos acordos e parcerias firmados entre 13 municípios paraibanos e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, no período entre 2005/2006. O somatório dos repasses analisados, ultrapassou o montante de R\$ 24 milhões. No âmbito da Saúde, a comissão trabalhou no levantamento de dados sobre

as receitas e despesas com saúde pública e o resultado foi a formalização de uma minuta de resolução, o mesmo acontecendo no âmbito da Educação. No caso da obras inacabadas, a comissão produziu um relatório e fez um mapeamento para levantar as responsabilidades através de termos de ajustamento de conduta.

Coordenada pelo Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, a Comissão de Gestão e Tecnologia da Informação trabalhou para inventariar a aparelhagem em hardware e software existentes no Tribunal. Desenvolveu novos sistemas e propôs ações necessárias ao aperfeiçoamento de sistemas existentes.

Um diagnóstico a respeito dos Institutos Próprios de Previdência nos Municípios e do Estado foi o resultado do trabalho realizado por outra comissão, que ao final sugeriu mudanças nos procedimentos e cruzamento de informações com base no RPPS, a partir de convênio com Ministério da Previdência Social.

No tocante aos estudos estatísticos sobre os parâmetros de consumo de combustível, a comissão sugeriu a elaboração de Resolução específica a ser observada, com reflexos no exame das contas dos gestores municipais e estadual.



*Todas as atividades levadas a efeito pelas comissões foram aprovadas pelo Pleno e tiveram como objetivos descentralizar as ações, otimizar e maximizar os resultados pretendidos*

## Audidores coordenam as comissões específicas

Outras comissões especiais foram designadas a Auditores de Contas Públicas e Auditor (substituto de Conselheiro) para trabalhar estrategicamente na reorganização e celeridade com vista à atualização processual.

Sob a coordenação do Auditor Raimar Redoval de Melo foram analisados e instruídos **processos de prestação de contas remanescentes dos exercícios de 2001 a 2004**. Esse trabalho reduziu a demanda nos demais setores de Auditoria, facilitando a análise e as diligências *in loco* quanto aos exercícios mais recentes.

O Auditor Antônio Duarte dos Santos coordenou a comissão responsável pelas **Inspeções Especiais em Municípios, conforme demanda existente**, retirando mais essa incumbência da Auditoria, que terá, a partir do próximo ano, o suporte de **Manuais de Auditoria**, elaborados por outra comissão, que teve como coordenador o Auditor (substituto de Conselheiro), Umberto Silveira Porto. Esses manuais técnicos serão utilizados para padronizar levantamentos de Auditoria, indicar bases legais vigentes por tema a ser auditado, uniformizando procedimentos quando da instrução processual.

**Apoiar e orientar os novos gestores públicos, em decorrência do pleito eleitoral de 2008**, foram os objetivos principais de outra comissão especial, esta coordenada pela Auditora de Contas Públicas Maria Zaira Chagas Guerra.



*Comissão de estudo para análise de contas remanescentes*



*Auditor Umberto Porto coordena a elaboração dos manuais*



*O diretor do Diafi, Francisco Lins, reúne-se com os chefes de departamento para traçar as metas a partir da nova estrutura do Departamento*

# Novos sistemas facilitam e tornam mais transparentes ações do TCE



*O setor de tecnologia da informática avança nos estudos para implantar no Tribunal os novos sistemas desenvolvidos*

Os avanços no segmento da Tecnologia e Gestão de Informática vêm requerendo de todas as instituições adaptações constantes e ininterruptas em função da demanda em rapidez, eficiência e eficácia.

Em função disso a Comissão Especial de Avaliação do Sistema de Gestão e Tecnologia da Informação do TCE/Pb avançou na persecução desse mundo cada vez mais informatizado e acessível no ambiente da web, buscando

seus objetivos no apelo à modernização e sua conseqüente aquisição em hardwares e softwares, revestidos da necessária segurança digital.

Estudos e sistemas, (**abaixo relacionados**) foram desenvolvidos para melhorar a sistematização dos procedimentos da Auditoria e, ao mesmo tempo, permitir acesso ao público e facilitar as consultas aos jurisdicionados, resultando assim em mais transparência nas ações do TCE/Pb.

## SISTEMAS DESENVOLVIDOS

**1. TRAMITA:** Sistema de Tramitação de processos e documentos, desenvolvido em plataforma WEB, utilizando tecnologia Open Source. Sistema na terceira versão, pela incorporação de diversas funcionalidades ao projeto original.

**2. SISDEC:** Sistema cujo objetivo é armazenar dados de decisões do Tribunal Pleno e das Câmaras, já totalmente integrado ao sistema de tramitação.

**3. OUVIDORIA-e:** Sistema desenvolvido com objetivo de receber através da Internet, críticas, denúncias, elogios e reclamações.

**4. RPPS-e:** Módulo de coleta de dados via Internet, com vistas a receptionar informações provenientes dos

Regimes Próprios de Previdência Social dos exercícios de 2004 a 2006.

**5. CPA - Controle de Patrimônio:** Módulo aperfeiçoado e implementado em 2008, sendo composto de cadastro de fornecedores, tombamento, identificação de fabricante, descrição dos modelos de equipamentos.

**6. SAGRES – Despesa Analítica:** Módulo que foi integrado ao SAGRES, com padrões de Datawarehouse, visando oferecer uma visão sistematizada do comportamento das despesas e receitas de todos os municípios nos três últimos exercícios.

**7. SAGRES – Relatório Geral:** Módulo que passou a integrar o SAGRES que permite consultas de forma consolidada aos dados de Prefeituras e Câmaras.

## ESTUDOS DESENVOLVIDOS

### Trabalho viabiliza Matriz de Indicadores da Gestão

Os avanços nos estudos realizados pela Comissão Especial de Avaliação do Sistema e Tecnologia da Informação do TCE/Pb permitiram as condições para que seja criada uma Matriz de Indicadores da Gestão Municipal. A providência possibilitará um aprofundamento na análise sistemática das contas públicas, em acréscimo ao trabalho convencional já realizado.

O trabalho foi feito através de comparativos quanto ao comportamento das receitas e despesas em séries históricas e de levantamentos estatísticos que levam em consideração variáveis de crescimento sócio-econômico das regiões geo-administrativas da Paraíba, indispensáveis para se estabelecer indicadores de aferição de desempenho.

As fontes para as pesquisas realizadas foram os dados do SAGRES – banco de dados que faz a captação dos mesmos por força de legislação disciplinadora frente aos jurisdicionados, além dos Bancos de Dados do IBGE e outros meios oficiais veiculados na internet (a exemplo de informações como população, PIB – Produto Interno Bruto e IDH – Índice de Desenvolvimento Humano).

A metodologia empregada viabilizou diagnóstico da situação dos municípios paraibanos, sendo o trabalho apresentado à Presidência do Tribunal e em momento posterior ao corpo técnico.

A matriz gerada por esse estudo trouxe como primeiros indicadores – unidades de medida que viabilizam a comparabilidade e a avaliação de resultados, impactos,

qualidade, em projetos, políticas e programas públicos da instituição ou organismo objeto da investigação –, os seguintes: Indicadores da Receita *Per Capita* Municipal; da Despesa *Per Capita* Municipal; do Equilíbrio entre Receitas e Despesas; quanto a Subsídio dos Vereadores; de Despesa por Vereador; de Folha de Pessoal da Câmara; de Despesa em Relação a Receita Tributária; de Despesa Previdenciária; de Vencimentos do Pessoal Efetivo em Relação à Despesa com Contratados por Tempo Determinado; de Salário Médio dos Servidores Efetivos; de Valor de Diária por Servidor e de Índice de Resgate da Dívida Fundada

#### OUTROS ESTUDOS

**1. Combustíveis:** estudo estatístico sobre o consumo de combustível nos municípios do Estado da Paraíba com vistas a estabelecer parâmetros e entendimentos quanto aos gastos desta ordem nas entidades auditadas.

**2. RPPS:** trabalho realizado com base em levantamentos e dados sobre a importância do acompanhamento dos Regimes Próprios de Previdência na Paraíba, que resultou parceria com o Ministério da Previdência Social.

**3. Obras:** levantamentos estatísticos e de dados no que concerne aos escores utilizados para composição dos preços de custos utilizados que balizarão fiscalizações e juízo de valor quando das obras auditadas pelo TCE/Pb.

#### INVESTIMENTOS NO PARQUE DE INFORMÁTICA

Investimento	Descrição	Mês/ano
Hardware	02 Scannres para digitalização de documentos.	2007
	30 computadores com monitores de LCD 17", para Gabinetes dos Conselheiros e Auditores Substitutos.	2007
	06 Câmeras digitais da marca Sony para as Auditorias.	2008
	04 Datashow destinados à ECOSIL.	2008
	01 Storage e 02 Switches HP de 04 GB (Pregão Eletrônico 59/07), para aumentar a capacidade de armazenamento de dados dos diversos sistemas do TCE/Pb	2008
	04 placas HBA PCI destinadas a interligar o Storage adquirido e os servidores já existentes no Tribunal.	2008
Software	Aquisição de solução corporativa de antivírus, contendo 400 licenças SYMANTEC, com garantia de três anos.	2007

## Análise sobre ilegalidade das OSCIPs é exemplo para outros TCs do Brasil

Ao se constatar que cerca de 10% (dez por cento) dos municípios da Paraíba estavam operacionalizando serviços públicos de saúde e educação, de modo irregular, por meio da transferência de recursos e de pessoal de seus quadros para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, o Tribunal de Contas do Estado decidiu suspender aquele tipo de transação e adotar medidas para coibir as irregularidades entre as organizações e os gestores públicos.

Haviam casos em que serviços públicos vitais de governo foram deixados sob a responsabilidade destas organizações parceiras, segundo o levantamento feito pela comissão especial, designada pelo presidente Arnóbio Viana, especialmente para analisar as OSCIPs. Sob a coordenação do Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho, que também assumiu a relatoria da matéria, a comissão apreciou vinte e cinco municípios paraibanos que haviam firmado parcerias com OSCIPs e concluiu pela irregularidade em quase cem por cento dos processos.

O relator solicitou aos gestores de cada município parceiro o encaminhamento de cópias de todos os termos de parcerias, leis, decretos e outros instrumentos que regulamentaram tais ajustes. Esta documentação serviu de base para formalização de processos individuais que mereceram atenção especial por parte da Divisão de Auditoria de Licitações e Contratos – DILIC, tendo prioridade sobre os demais processos em instrução naquele setor. O exame matéria seguiu deste modo para haver celeridade e serem dadas respostas oportunas à sociedade.

As medidas adotadas pelo TCE/Pb foram eficazes e se tornaram exemplo para as demais Cortes de Contas do país. Durante a análise a comissão observou a legalidade dos procedimentos, respeitando a ampla defesa dos gestores, chegando à conclusão de que não existia respaldo legal que desse ao jurisdicionado condições para prosseguir operacionalizando essas parcerias em seus municípios, a Egrégia Corte, em sessão do Tribunal Pleno, reiterou a posição favorável à suspensão de todos os casos julgados.



*As conclusões da Comissão sobre as OSCIPs foram levadas ao Tribunal Pleno, que decidiu pela suspensão dos convênios*



## AUDITORIA OPERACIONAL

### TC integra programa nacional e implementa projetos pilotos

A Auditoria Operacional é realizada com vistas a analisar aspectos relacionados à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade das ações e programas da Administração Pública, para que esta possa lograr êxito progressivo em sua ação governamental. Pela crescente importância que vem alcançando este campo de aplicação da Auditoria, houve interesse por parte do Presidente Arnóbio Viana em incluí-la entre os objetivos do biênio 2007/2008.

Para cumprir este intuito, a atual gestão do TCE/Pb inseriu integrantes de seu corpo de Auditores no Programa Nacional de Capacitação em Auditoria Operacional, promovido na Escola de Administração Fazendária – ESAF. O objetivo deste programa afluí para fins semelhantes aos anseios do TCE/Pb, porque consta de seu planejamento a instalação, até 2009, de Projeto Piloto nesta área em pelo menos 75% dos tribunais de contas do país.

Os módulos deste Programa, com a participação de cinco Auditores de Contas Públicas do TCE/Pb, foram ministra-

dos em três etapas de treinamento, em Brasília, durante o ano de 2007, nos temas “Políticas Públicas e Gestão Governamental”, “Auditoria Governamental”, “Auditoria Operacional” e “Métodos e Técnicas de Coleta e Análise de Dados”.

Ao final desse treinamento, o Grupo Temático de Auditoria Operacional do Programa Nacional referendou um cronograma único de implementação dos Pilotos para o país, estabelecendo prazos para cada etapa, assim como o tema e modalidade a serem desenvolvidos.

No TCE/Pb, a Portaria nº05 de 02/2008 designou os auditores já capacitados para trabalhar em duas frentes quanto à Auditoria Operacional: a primeira que

cumprir o tema oficial “Formação de Professores do Ensino Fundamental”, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado, cujas etapas estão sendo acompanhadas por um monitor do TCE/Pe designado pelo Grupo Temático central; a segunda foi realizada junto ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, que atende a uma demanda da sociedade, não estando vinculada ao tema oficial mencionado.

*“A Auditoria Operacional é realizada com vistas a analisar aspectos relacionados à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade das ações e programas da Administração”*

#### Sinopse dos dois pilotos no TCE/Pb

Demanda para Auditoria Operacional	Programa Nacional	Sociedade
Unidade Auditada	Secretaria da Educação do Estado da Paraíba	Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena
Modalidade	Auditoria Operacional de Programa	Auditoria Operacional de Desempenho
Abrangência	2004/2007	2001/2007 e 1º semestre de 2008
Planejamento-execução e relatório da Auditoria	De 13/10 a 31/10/08	De 12/02 a 10/11/08
Equipe de Auditores de Contas Públicas	Maria de Fátima Araújo Plácido César Paiva Martins Júnior Suzana Lacerda de Araújo Ribeiro Yara Sílvia Mariz Maia Pessoa	Maria de Fátima Araújo Adariana Falcão do Rego Tróccoli Emmanuel Teixeira Burity

## Primeira experiência no Hospital de Emergência e Traumas

A primeira experiência em Auditoria Operacional na Paraíba, no âmbito do Tribunal de Contas, foi realizada no Hospital de Emergência e Traumas Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, referência o atendimento de urgência e emergência aos pacientes politraumatizados. Designado pelo presidente do TCE, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, em fevereiro de 2008, o grupo especial de trabalho constituído pelos auditores Maria de Fátima Araújo, Adriana Falcão do Rego Troccoli e Emmanuel Teixeira Burity e teve como objetivo avaliar o desempenho da instituição auditada, sob as dimensões da economicidade, da eficiência e da eficácia.

O Hospital de Emergência e Traumas atende pacientes de toda a grande João Pessoa e demais municípios da Paraíba, além de outros oriundos das cidades circunvizinhas dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Ao final da Auditoria Operacional de Desempenho, aplicada naquela unidade pública, constatou-se que sua demanda de atendimento é superior à capacidade, causando superlotação.

Diante dos fatos levantados pelos auditores no relatório final, foram feitas recomendações para a adoção de medidas, dentre outras providências, no sentido de reavaliar a operacionalização da Central de Regulação da Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, para que distribua com mais eficiência, de forma equilibrada, os atendimentos de pacientes, observando-se o perfil de cada

unidade hospitalar. Outra medida sugerida foi a instalação da Central Estadual de Regulação Médica de Urgência, em cumprimento às normas do Ministério da Saúde e a elaboração de um protocolo estadual de referências e contra-referências.

A Auditoria detectou que várias ações pactuadas entre a Secretaria Estadual de Saúde e o Município de João Pessoa, através de termo de compromissos entre entes públicos, não foram implementadas, trazendo conseqüências às metas estabelecidas no tocante à ordem físico-financeira e de avaliação qualitativa, chegando-se à conclusão de que essas metas, os indicadores previstos e produtos não se realizaram, optando-se pela recomendação para que, por meio de termo aditivo, o termo de compromisso seja reiterado.

A falta de uma estrutura organizacional de pessoal, Plano de Cargos e Salários e carência nas especialidades médicas trouxe outras recomendações para que se contrate os servidores aprovados em concurso público, evitando-se assim os serviços prestados, que ainda são necessários, tendo em vista o não preenchimento de vagas e as necessidades do Hospital.

Várias outras recomendações foram levadas à direção do Hospital de Traumas, inclusive no âmbito orçamentário, possibilitando àquela unidade hospitalar elaborar seu orçamento, preparado de acordo com as despesas essenciais, como pessoal, material para conservação e manutenção de equipamentos.



*O Tribunal de Contas do Estado realizou sua primeira Auditoria Operacional no Hospital de Emergência e Traumas em JP*

# Comissão Especial elabora manuais para facilitar trabalho das auditorias

Dando seqüência à reestruturação operacional implementada no âmbito da DIAFI, o Tribunal de Contas do Estado instituiu uma comissão especial para elaborar manuais de auditoria, que servirão para facilitar o trabalho das equipes técnicas e terão por objetivos orientar, sistematizar, estabelecer critérios e parâmetros de auditoria a serem utilizados em consonância com os ditames constitucionais, legais e normativos que fixam e norteiam as atividades precípua do TCE/Pb.

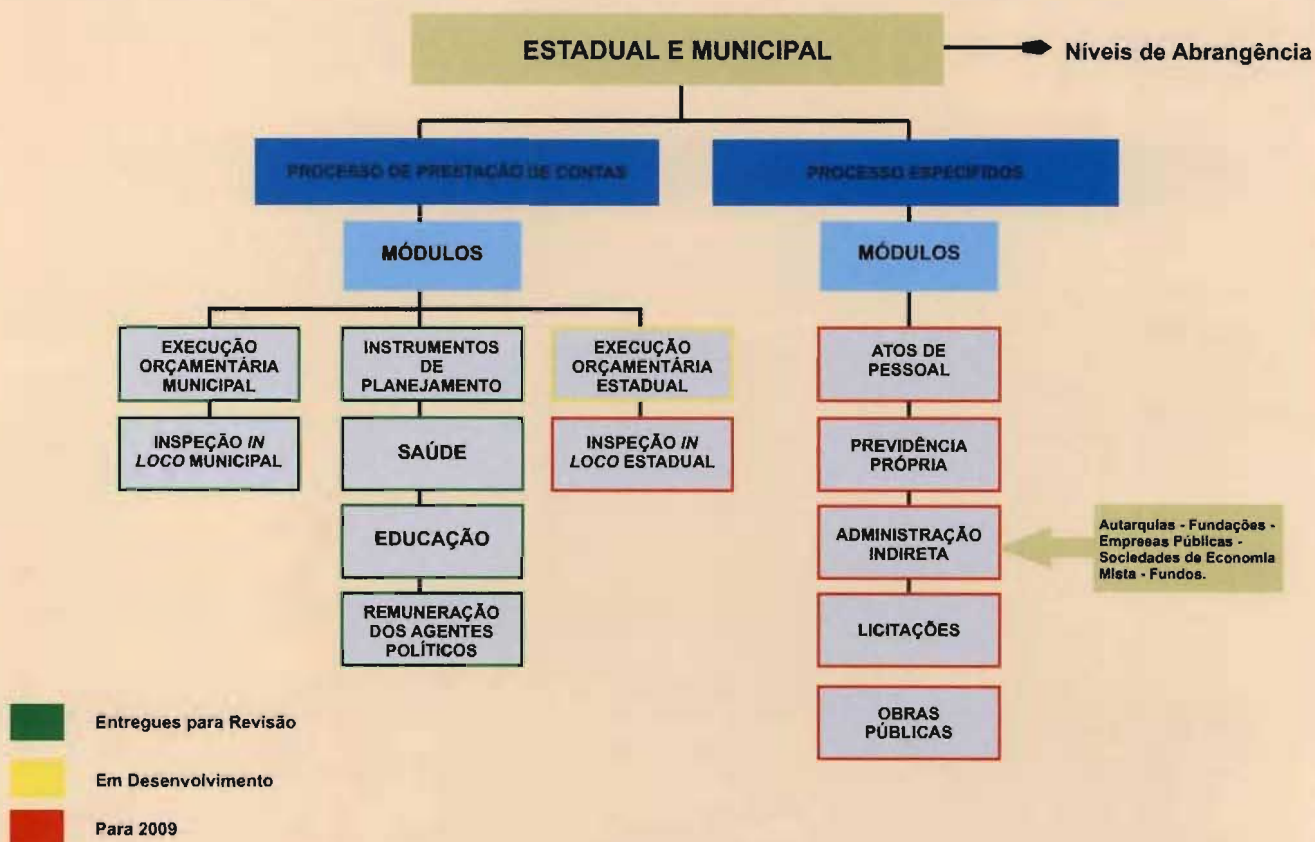
A Comissão - composta por Auditores de Contas Públicas, foi presidida pelo Auditor (Conselheiro Substituto) Umberto Silveira Porto e teve seus trabalhos concluídos neste final de ano. A previsão é de que os manuais já possam ser utilizados no início do próximo exercício. O uso dos manuais tende a maximizar o tempo para a instrução processual, estabelecendo procedimentos uniformizados nos levantamentos e análises da Auditoria, indican-

do também a legislação interpretativa, conforme o entendimento da Corte.

A utilização dos manuais trará, ainda, facilidades no rastreabilidade da fonte de informação e a uniformidade de interpretação, bem como no manuseio e objetividade, quanto à absorção da metodologia de trabalho dos setores, em especial no que se refere à inserção de um novo técnico no setor, em remanejamentos de pessoal ou pelo ingresso de novos servidores, otimizando assim, aprendizado e segurança no trabalho realizado.

Nessa primeira fase foram desenvolvidos módulos de Instrumento de Planejamento, Execução Orçamentária, Saúde, Educação, inspeção *in loco* e Remuneração dos Agentes Políticos, todos para execução na área municipal. Em 2009 serão ampliados os módulos com a abrangência na área estadual e também para os demais procedimentos específicos no que se refere a Obras, Licitações, Atos de Pessoal, Administração Indireta e Institutos de Previdência.

## MANUAIS DE AUDITORIA





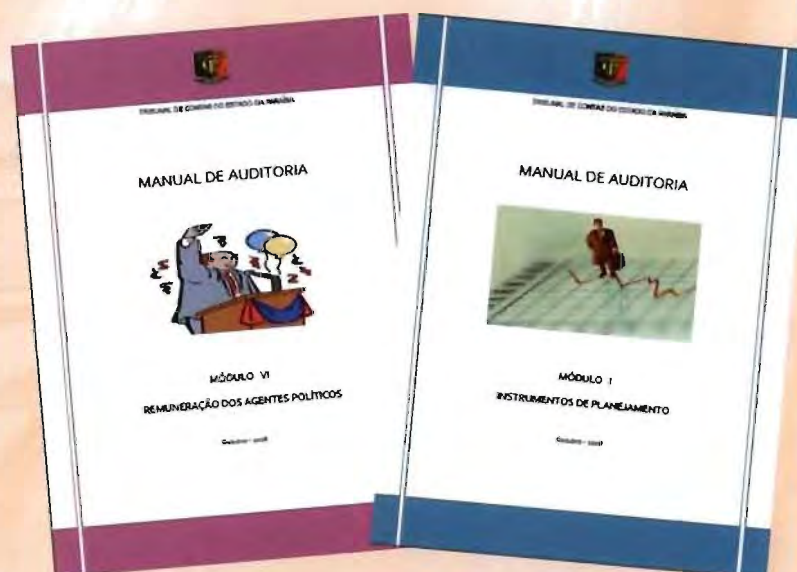
# MANUAIS DE AUDITORIA

## Remuneração dos Agentes Políticos

O Manual que trata da Remuneração dos Agentes Políticos tem por objetivo demonstrar aos usuários os fundamentos legais e constitucionais sobre o assunto e os procedimentos de auditoria na área de “Agentes Políticos”, adotados pelo Tribunal de Contas da Paraíba, objetivando a verificação do atendimento aos princípios constitucionais (caput do artigo 37 - CF) da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no que se refere à remuneração dos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores, inclusive quanto ao recebimento de verbas indenizatórias.

## Instrumentos de Planejamento

O exame dos Instrumentos de Planejamento está neste manual, que veio para facilitar a verificação do atendimento às disposições constitucionais e legais pertinentes à elaboração, modificação e execução do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), durante o período de sua aplicação. Até porque é o orçamento público um instrumento pelo qual o cidadão toma conhecimento do volume de recursos postos à disposição do governo e a destinação deles. Os recursos alocados nos diversos programas visam atender as demandas da sociedade por meio da prestação de serviços à sociedade.

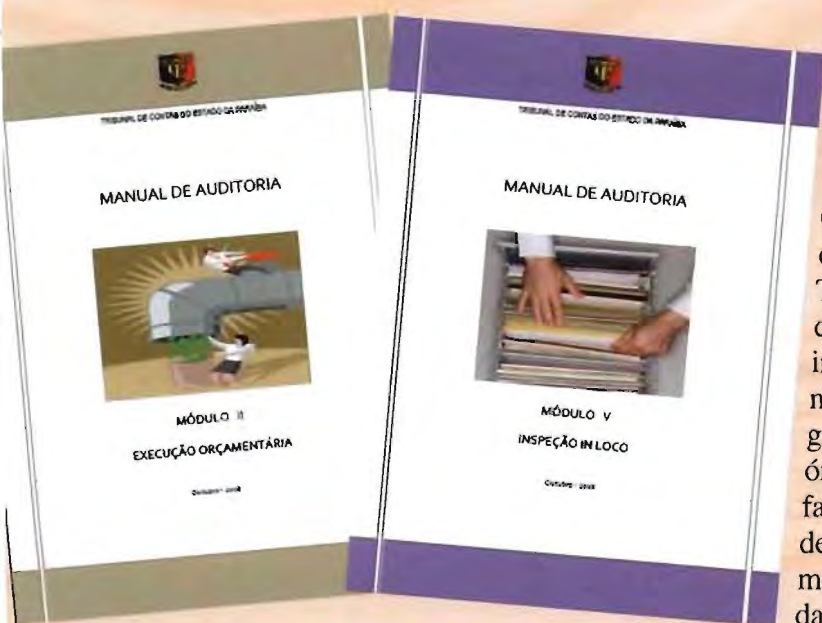


## Execução Orçamentária e Financeira

O Manual da Execução Orçamentária tem como objetivos, além da verificação do atendimento às disposições constitucionais e legais, quanto a seus princípios, tratar da consolidação dos demonstrativos, tendo em vista a unidade orçamentária, das contas - no tocante a unidade de caixa do Ente Governamental e da avaliação quanto a correção e a confiabilidade dos lançamentos contábeis e procedimentos administrativos. Observa também o cumprimento dos limites mínimos quanto às aplicações em Saúde e Educação (MDE e FUNDEB) e máximos quanto às Despesas com Pessoal, Remunerações dos Agentes Políticos e outros dispositivos legais.

## Inspeção “in loco”

Neste manual observa-se o disposto no art. 71 da Constituição Federal, que atribui, entre as competências do Tribunal de Contas da União (extensivas aos Tribunais de Contas dos Estados), a função fiscalizadora. Tal função consiste na realização de auditorias e inspeções em órgãos jurisdicionados, nas quais se examina a legalidade de todos os atos praticados pelos gestores, na condução administrativa e financeira do órgão em questão. Para realização de inspeções *in loco*, faz-se necessário um planejamento prévio mínimo que determine quais pontos específicos da análise da gestão merecem um levantamento mais aprofundado por parte da auditoria.



## Escola de Contas é reestruturada e recebe apoio para novos cursos

A Ecosil - Escola de Contas Otacílio Silveira foi criada em maio de 2001 e desde então vinha ministrando os cursos por ela oferecidos em ambientes e espaços acadêmicos externos. Foi no exercício de 2008, na atual gestão, que a escola ganhou instalações bem equipadas para oferecer cursos nas dependências do próprio TCE/Pb, em edificação reestruturada para se adequar aos seus fins. Assim, com suas instalações implementadas, o primeiro curso realizado foi o de aperfeiçoamento técnico e intelectual em administração para servidores públicos, com perfil de pós-graduação, contando com 80 participantes, pré-selecionados entre vários entes da administração pública.

Nas novas instalações, a Escola foi equipada com duas modernas salas de aula, secretaria e equipamentos de áudio visual, biblioteca e salas de apoio. Para que suas instalações estivessem condizentes com suas necessidades, foi imprescindível o apoio integral do Presidente Arnóbio Viana, para quem, a escola é um instru-

mento fundamental enquanto apoio à formação especializada dos servidores públicos.

Destinado à formação de quadros especializados nas administrações municipais, estadual e federal, visando à correta aplicação do dinheiro público, a Ecosil foi criada na gestão do então presidente, Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes. O nome escolhido para a escola foi uma justa homenagem ao ex-presidente, já falecido, Conselheiro Otacílio Silveira, por ter sido o primeiro presidente da Corte e um de seus fundadores em 1971.

A escola começou com o objetivo principal de promover o aperfeiçoamento técnico e intelectual dos servidores do próprio TCE/Pb, e, paulatinamente, ela foi se estruturando, de modo a oferecer também cursos de qualificação para servidores de outros poderes, órgãos e entidades jurisdicionadas do Tribunal, bem como cursos de especialização – em nível de pós-graduação, palestras, simpósios, seminários e estudos sobre assuntos de interesse do controle externo.



*A Ecosil foi criada em maio de 2001 e na atual gestão recebeu instalações próprias e equipamentos para novos cursos*

Durante esse período de atividades, vários cursos já foram realizados na Ecosil. O primeiro que deu início à jornada acadêmica, foi o de Direito Municipal e Gestão Pública, numa parceria com a Unipê. Esse curso teve como ministrante na Aula Inaugural o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, constitucionalista, doutor “honoris causa” da Universidade de Lisboa e autor de vários livros. Ele falou sobre o tema “Tendências atuais do Direito Constitucional”. Seguiram-se os cursos sobre Controladoria Aplicada ao Setor Público, Gestão de Pessoas e Auditoria Governamental, em convênio com a Universidade Federal da Paraíba.

Já este curso mais recente, o de Aperfeiçoamento Técnico em Administração foi encerrado no dia 21 de novembro de 2008, depois de seis meses ininterruptos de atividades. Contou com um corpo docente especializado, em sua maioria, formado por Conselheiros e Auditores do próprio Tribunal, além de alguns professores convidados.

## BIBLIOTECA

### Fonte de pesquisa atualizada com aquisição de novos livros

A Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado, Procurador Geral Otávio de Sá Leitão Filho, que fica instalada no prédio anexo do TCE, nas dependências da Escola de Contas Otacílio Silveira - Ecosil, também mereceu a atenção durante a gestão.

No período, vários títulos novos foram adquiridos, específicos em diferentes áreas, seguindo assim, uma permanente política de atualização, tendo em vista, as constantes mudanças na legislação, especialmente, no que diz respeito a preceitos constitucionais, revisões dos códigos, assim como nas matérias contábeis, que regulam as auditorias públicas.



Biblioteca mais atualizada com aquisição de novos títulos



A Escola de Contas tem novas instalações no prédio anexo do Tribunal



Novas salas de aula ficaram modernas e bem equipadas



A Escola de Contas ganhou sala de estudos e pesquisa

## Treinamentos, visitas técnicas e participação em eventos

A capacitação funcional também foi destaque nos dois anos da Gestão. Buscou-se viabilizar vários cursos e treinamentos destinados a servidores dos mais diferentes setores do Tribunal. O repasse de experiências também mereceu o apoio da Presidência, no tocante aos treinamentos internos, específicos para cada divisão, ministrados por servidores da Casa. “Ética e Responsabilidade no Trabalho para Condutores de Veículos”, “Qualificação para Motoristas”, “Banco de dados em Acesa”, “SIAF-Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro” e “Transferências Voluntárias mediante Convênios”, foram temas de cursos realizados.

O Tribunal de Contas do Estado procurou ampliar o acesso dos jurisdicionados e do público em geral ao sistema Sagres. Nesse sentido, promoveu treinamento para os vereadores e assessores municipais, aberto a todas as câmaras municipais da Paraíba.

O III Seminário Sobre Controle Externo de Contas Públicas – Secontex, também mereceu atenção da Presidência e foi realizado nas dependências do Tribunal no mês de outubro passado. O evento, destinado a prefeitos e secretários municipais de Planejamento, contou com a participação de instrutores especialistas, configurando-se numa importante contribuição para os técnicos na elaboração dos orçamentos e matérias afins.

O incentivo à qualificação profissional esteve sempre na pauta durante a administração. No período vários ser-

vidores participaram de diversos cursos e treinamentos em outras capitais. Destacaram-se os Seminários de Atualização sobre Pregão Presencial e Eletrônico e sobre a Nova Previdência para os Servidores Públicos, este realizado em Recife/PE. O Tribunal esteve com representantes ainda no 33º CONARH – Congresso Nacional sobre Gestão de Pessoas, em São Paulo/SP; II Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública, em Brasília/DF; II Fórum Nacional de Bibliotecários dos Tribunais de Contas, em Recife/PE; Curso de Contabilidade Pública, em Cuiabá/MT e 24º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, em Natal/RN.

O TCE/Pb esteve representado com participação ativa, também, no V Encontro Nacional de Corregedores dos Tribunais de Contas do Brasil, no Rio de Janeiro/RJ e no Curso de Legislação Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em Fortaleza/CE; No IV Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais, em Salvador/BA e XII Simpósio Nacional de Auditorias de Obras Públicas, em Brasília/DF, dentre outros.

Nos diversos encontros realizados pelo PROMOEEX, o TCE/Pb participou através dos representantes da Unidade de Execução Local (UEL). Cursos internos também movimentaram as atividades na Corte, a exemplo dos cursos de línguas estrangeiras (Espanhol e Inglês), no qual 134 (cento e trinta e quatro) servidores chegaram à conclusão.



Vários cursos, seminários e treinamentos com apoio dos...



...conselheiros foram ministrados nas instalações do TCE

## PROGRAMA VOCE

### *Programa de controle social criado pelo TCE é inédito no País e repercute em outros Estados*

Uma iniciativa inédita na área do Controle Social, sem precedentes no Brasil. É o resumo do Programa Voluntários do Controle Externo, o VOCE, concebido pelo Tribunal de Contas da Paraíba e que foi a alavanca quanto à inserção das pessoas da Terceira Idade na fiscalização das ações básicas de saúde pública.

Lançado no município de Cabedelo, no mês de junho de 2007, o programa chega ao final do ano em 27 municípios do Estado, entre os quais estão João Pessoa, Campina Grande, Patos, Guarabira e Santa Rita. Foram 518 unidades e postos de saúde vistoriadas em diferentes localidades e, na maioria delas, as soluções chegaram a partir do trabalho dos voluntários e dos auditores do TCE, que repercutiu positivamente em favor de 1 milhão 476 mil, 988 usuários do sistema, segundo os dados cadastrados no *Datasus*, referentes a dezembro de 2007.



O programa contribui para a solução de problemas decorrentes da falta de equipamentos, profissionais e remédios em gabinetes odontológicos e postos de Saúde da Família. "Temos a confirmação exata do grande e profundo retorno social

desse programa", comemorou o presidente do TCE/Pb, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, ao conferir as melhorias decorrentes da implementação do VOCE nos municípios onde foram firmados ajustes de conduta do gestor municipal. O maior exemplo vem de Cabedelo, cujas falhas apontadas e detectadas a partir da ação do programa, foram solucionadas pelo pronto atendimento da administração municipal, após o pacto com o Tribunal. Foi o que aconteceu no bairro do Renascer III. Ali se constatou a falta de equipamento e deficiências nos serviços de Odontologia. Um gabinete completo foi instalado e hoje o posto funciona com regularidade no atendimento odontológico à comunidade. E, desde então, tem sido assim nos demais municípios onde o VOCE foi implantado.

#### **Como funciona?**

A ação do VOCE começa com os voluntários em campo. Depois de orientadas por auditores do TCE, as equipes iniciam o trabalho com visitas aos postos e unidades de saúde. As eventuais falhas são analisadas pelos técnicos e apontadas em relatório. Em seguida, após análise das informações, as Prefeituras são convocadas para as necessárias correções através de um pacto para ajustamento de conduta que, se descumprido, terá peso no futuro julgamento de contas municipais.

A insuficiência de médicos e enfermeiros, a falta do cum-



*Antes de sair em campo nas visitas aos postos e unidades de saúde os voluntários da Terceira Idade são orientados pelos auditores do TCE, a respeito dos procedimentos para preenchimento de questionários e observação dos serviços básicos exigidos pelo SUS.*

primário integral do expediente nas Unidades de Saúde, de instrumentos, equipamentos e materiais necessários à esterilização, realização de curativos, conservação de vacinas e, ainda, a insegurança dos postos constituem as falhas comumente anotadas nos primeiros levantamentos feitos pelos municípios onde os voluntários já atuam.

Nesse trabalho de controle social, o VOCE atraiu parceiros interessados na melhoria dos serviços prestados à sociedade. Um deles foi o Serviço Social do Comércio (Sesc), organismo com larga experiência na execução de programas comunitários, que integrou-se ao trabalho voluntário e trouxe a adesão de muitas pessoas. O mesmo aconteceu com setores da Igreja, a exemplo do município de Patos, onde o lançamento do programa contou com o apoio da Igreja, expressa na convocação do bispo Dom Manoel dos Reis de Farias às pessoas da terceira idade, justamente aquelas que mais necessitam das ações de saúde pública. Ali, vários padres também estimularam a adesão de idosos, ora em sermões, ora em contato direto com a população.



Os voluntários visitam os postos e as unidades de saúde

## Proposta reconhecida pelo SUS é destaque em eventos nacionais

Programa Voluntários do Controle Externo ultrapassou as fronteiras da Paraíba para ser destaque em eventos nacionais. Um exemplo foi o reconhecimento do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus, durante a apresentação do VOCE em um dos painéis da III Mostra Nacional de Produção em Saúde da Família, em Brasília no ano de 2008, evento paralelo ao IV Seminário Internacional de Atenção Primária e Saúde da Família, que envolveu perto de 6 mil participantes, em meio aos quais representações de países diversos, sociedades científicas e pesquisadores estrangeiros. A Coordenadora do Programa, Marilza Ferreira, destacou ainda os interesses de outros estados, a exemplo da Bahia e Pará.

Por orientação do próprio Denasus, o Programa está ins-

crito também no Prêmio Sergio Arouca de Gestão Participativa no SUS, iniciativa que tem promoção do Ministério da Saúde, inserido no item "Experiências exitosas". O prêmio é aberto a gestores, trabalhadores e conselheiros de saúde, estudantes, integrantes de movimentos sociais, pesquisadores e outros que vivenciaram experiências de gestão participativa.

Na Paraíba, também em 2008, o VOCE foi apresentado em instituições de ensino através de trabalhos acadêmicos, a exemplo do 8º Encontro de Iniciação Científica do Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, de autoria da Auditora de Contas Públicas Maria Zaira Chagas Guerra, com o tema "O Controle dos gastos públicos com saúde nos municípios da Paraíba realizado através do Programa Voluntários do Controle Externo – VOCE do TCE-PB".



Os postos odontológicos também são inspecionados



Voluntários são orientados a observar farmácias básicas

# REESTRUTURAÇÃO DA DIAFI

## Modificações permitem criar banco de dados para cruzamento de informações

As modificações realizadas no âmbito da DIAFI-Diretoria de Auditoria e Fiscalização, notadamente no segmento das Auditorias Municipais, tiveram por finalidade desfragmentar informações sobre cada ente analisado, englobando aspectos atinentes às Prefeituras, Câmaras e demais órgãos da administração descentralizada a estes vinculados, tanto no exame concomitante, quanto na formação de banco de dados.

Outro ponto relevante a ser registrado foi o estabelecimento de filtros e informações cruzadas com outros órgãos acerca de fornecedores em compras e serviços nos municípios limítrofes, a serem cada vez mais consolidadas atra-

*“Informações cruzadas com outros órgãos acerca de fornecimento em compras e serviços permitem melhor acompanhamento”*

vés de parcerias e convênios entre o Tribunal e órgãos, a exemplo da Receita Estadual e Federal, bem como através dos Conselhos Regionais de determinadas categorias profissionais.

### João Pessoa e Campina Grande passam a receber tratamento diferenciado

Os dois maiores municípios do Estado, João Pessoa e Campina Grande, dadas as suas peculiaridades em relação ao ordenamento de despesas, passaram a receber tratamento diferenciado em virtude de legislação específica que estabelece o ordenamento de despesas por parte de alguns Secretários Municipais e cargos equivalentes, cujos processos tramitam em separado para delinear as responsabilidades na gestão dos recursos públicos.

Para tal providência, levou-se em consideração seus orçamentos vultosos e a enorme quantidade de instituições da administração descentralizada (englobando Fundos, Agências Municipais, Superintendências, Fundações, além dos convênios por estes celebrados, as despesas decorrentes de licitação e os adiantamentos, cuja experiência na DIAFI demonstrou que sua análise requer maior grau de complexidade, e, portanto, devem ter um crivo distinto).

## Aspectos relevantes nas mudanças na DIAFI

### Área Municipal

As municipalidades limítrofes foram distribuídas em micro-regiões, para que cada uma dessas possa ser analisada em setores previamente definidos. A partir de uma visão global, permite-se o compartilhamento de dados e particularidades em faturamentos de fornecedores de mercadorias e serviços de determinadas localidades, além de identificar eventuais fraudes no tocante a notas fiscais inidôneas, casos de superfaturamento, vícios em licitações, empresas fictícias.

A desfragmentação de informações ocorre através da análise conjunta de PCA Prefeitura e Câmara, administração descentralizada, despesas licitadas, contratos, convênios, denúncias, etc., dentro de uma mesma divisão de Auditoria e remetidas a um relator vinculado, que também se submeterá a um rodízio sistemático de cada micro-região, a exemplo do que acontecerá com as auditorias em períodos bienais, reforçando assim a imparcialidade em virtude da distinção de técnicos nas análises das contas.

Esse trabalho será facilitado pelos manuais de Au-

ditoria, que vão permitir, através de uma linguagem eminentemente técnica, a sistematização de procedimentos e a padronização dos relatórios, que ficarão mais coesos, objetivos e claros.



## Área Estadual

No âmbito da análise das Contas Estaduais as mudanças buscaram dar mais celeridade aos procedimentos com a perspectiva de se alcançar a Auditoria de Acompanhamento da Gestão. Foram delimitados setores para as contas governamentais, dos poderes, órgãos e demais secretarias de estado e órgãos vinculados.

Os processos de Convênios foram distribuídos de acordo com o primeiro conveniente, dentre as Secretarias de Estado, sendo a informação destas análises disponibilizadas para os setores que analisam as contas municipais, quando o segundo conveniente for o respectivo município de sua responsabilidade, formando um link quanto a estas informações.

Os processos de Adiantamento são analisados pelo mesmo setor e Auditores, assim como pelo mesmo Relator, que têm sob sua responsabilidade o exame do ente principal vinculado.

## Área de Gestão de Pessoal

Foi criado o Departamento de Auditoria de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária – DEAPG, que passou a tratar dos processos de aposentadoria, pensão e reforma, assim como os processos dos Regimes Pró-

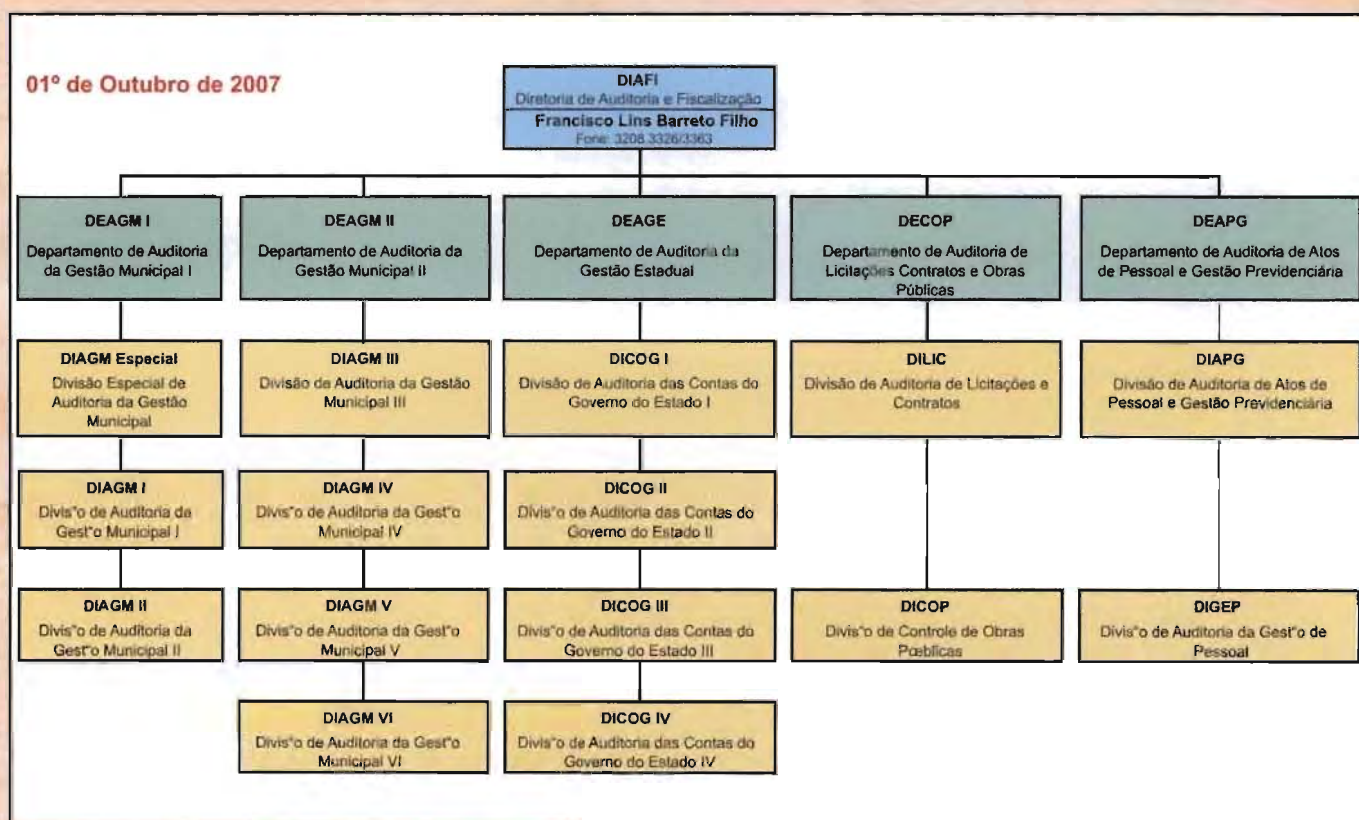
prios de Previdência e assim possibilitar uma análise especial e mais célere, principalmente pela especificidade das matérias. A iniciativa teve como objetivo maior evitar o acúmulo de processos de aposentadoria, pensão e reforma.

A análise de processos das entidades de Regimes Próprios de Previdência, dadas as questões atuariais, também demandaram treinamentos específicos em parceria com o Ministério da Previdência, cujo resultado pretendido foi alcançado.

## Área de Licitações, Contratos e Obras

Outro aspecto importante foi alocar em um mesmo setor os processos de análise de licitações, contratos e obras públicas. Além desse incremento, o Departamento de Auditoria de Licitações, Contratos e Obras Públicas – DECOP sofreu modificações nos procedimentos, tornando mais eficazes e mais ágeis os mecanismos de controle e fiscalização.

Os processos de análise de Obras receberam como incremento o juízo de valor quanto à realização das despesas a elas relacionadas, desde o edital de licitação, contrato, legalidade desta despesa, tornando a análise mais abrangente, além da usual mensuração técnica do custo da obra, foco dado anteriormente a tais processos.





## Auditorias Regionalizadas possibilitam inspeções em todos os 223 municípios

Um dos pontos positivos e marcantes na atual Gestão no tocante à fiscalização foi a implementação das inspeções regionalizadas. Esse processo possibilitou um incremento no número de diligências realizadas no biênio e permitiu um fato inédito desde a fundação do Tribunal de Contas. É que todos os 223 municípios da Paraíba receberam inspeções *in loco* entre os anos de 2007 e 2008.

A regionalização municipal levada a efeito em outubro de 2007, ocorreu após a análise depurada de várias propostas, levantamentos, tabulação de dados e informações, bem como do diálogo aberto entre a Presidência, relatores, corpo técnico das Auditorias e seu Sindicato. O trabalho, que foi coordenado pelas Auditoras de Contas Públicas Mirtzi Lima Ribeiro, respondendo pela Assessoria Técnica da Presidência e Maria de Fátima Araújo, Assessoria Técnica do Gabinete do Conselheiro Presidente Arnóbio Alves Viana, objetivou consolidar e trazer o consenso de idéias, para que o novo modelo pudesse avançar quanto ao atendimento do real interesse da coletividade e benefício da sociedade, através do cumprimento do papel constitucional que o Tribunal exerce quanto à fiscalização do Erário.

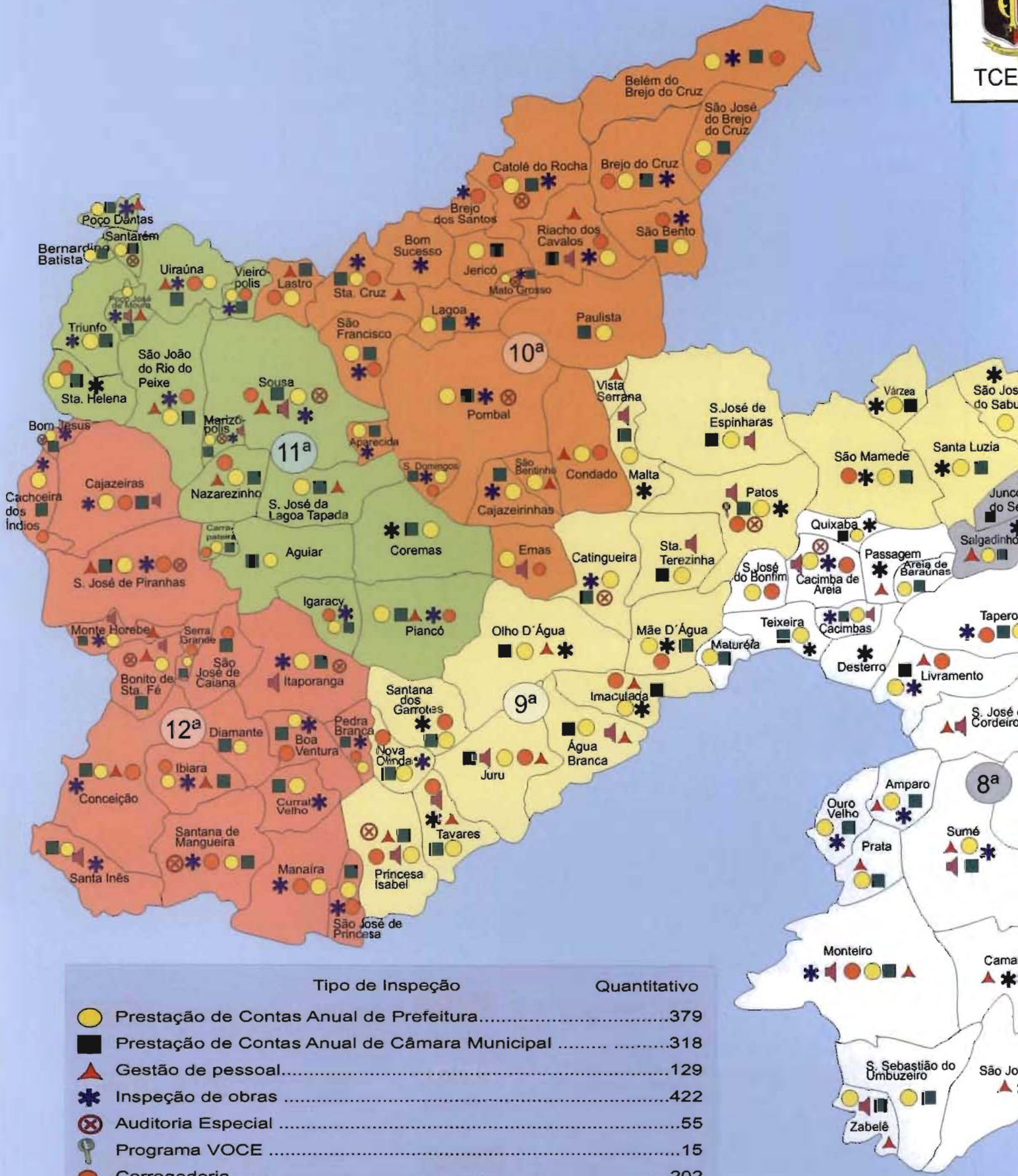
Todo esse trabalho veio em decorrência da elevação dos níveis de esclarecimento e de conscientização da sociedade. A demanda quanto aos mais novos e avançados mecanismos de controle das contas públicas se faz expressar nas normas vigentes, requerendo, portanto, tanto modelos mais dinâmicos, transparentes, eficazes e mensuráveis, quanto o constante aprimoramento técnico dos órgãos de controle externo em nosso país.

Desde sua instalação, o TCE/Pb vem avançando, de modo que suas análises e julgamentos ocorram de modo mais célere, os critérios possam ser sistematizados e o corpo técnico esteja melhor e mais qualificado para exercer seu papel com mister.

É importante o registro, também, no que tange à reestruturação, em termos de material e condições técnicas, para a racionalidade e efetivação do trabalho regional. Para isso, o TCE adquiriu veículos de lotação coletiva, tipo vans, que estão dando o apoio necessário às equipes de auditores em campo, especificamente, nos deslocamentos entre os municípios de uma micro-região. Essa iniciativa não só trouxe um melhor entrosamento na troca de informações, mas também economia para o Tribunal.



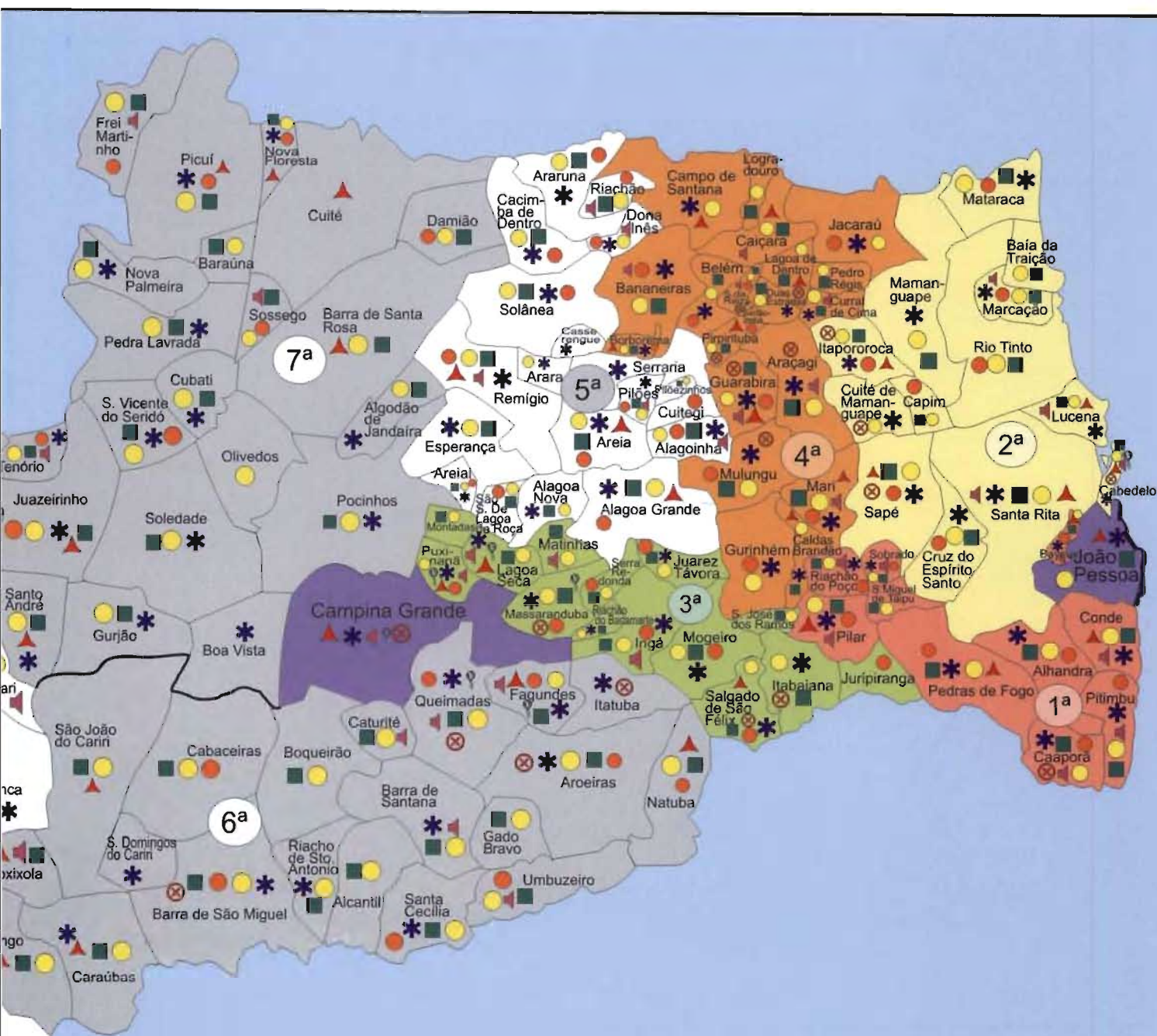
O Tribunal reestruturou as auditorias e adquiriu dois veículos tipo "van" para os deslocamentos das equipes às regiões



Tipo de Inspeção	Quantitativo
Prestação de Contas Anual de Prefeitura.....	379
Prestação de Contas Anual de Câmara Municipal .....	318
Gestão de pessoal.....	129
Inspeção de obras .....	422
Auditoria Especial .....	55
Programa VOCE .....	15
Corregedoria.....	202
Ouvidoria .....	88
<b>Total de inspeções in loco realizadas: ..... 1.608</b>	
<b>Total de municípios inspecionados: 223</b>	

# INSPEÇÕES IN LOCO REALIZADAS EM PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS

Janeiro de 2007 a Dezembro de 2008



Setor	Lote		Região	Relator
Especial	Especial	1	João Pessoa	Marcos Ubiratan
		2	Campina Grande	Flávio Sátiro
V	A	A1	1ª	Marcos Ubiratan
		A2	12ª	Oscar Mamede
I	B	B1	2ª	Antônio Gomes
		B2	9ª	Fábio Túlio
IV	C	C1	3ª	Flávio Sátiro
		C2	11ª	Umberto Porto
II	D	D1	4ª	Marcos Costa
		D2	10ª	Fernando Catão
III	E	E1	5ª	Antônio Cláudio
		E2	8ª	José Mariz
VI	F	F1	6ª	Nominando Diniz
		F2	7ª	Renato Sérgio

SETOR	LOTE	Região	MUGP
DIAGM V	A	A1	1ª MUGP
		A2	12ª OMSM
DIAGM I	B	B1	2ª AGVF
		B2	9ª FTFN
DIAGM IV	C	C1	3ª FSF
		C2	11ª USP
DIAGM II	D	D1	4ª MAC
		D2	10ª FRC
DIAGM III	E	E1	5ª ACSS
		E2	8ª JMM
DIAGM IV	F	F1	6ª ANDF
		F2	7ª RSSM
DIAGM Especial	Especial	1	João Pessoa MUGP
		2	C. Grande FSF



*O Tribunal Pleno ultrapassou a meta do biênio e atingiu a 11.245 processos julgados no período*

## NÚMEROS POSITIVOS

### Pleno e Câmaras superaram as metas e passam de 11 mil processos julgados

O Tribunal de Contas do Estado chegou ao final do Biênio contabilizando números amplamente positivos, acima das metas previstas no início da gestão. Essa performance pode ser atribuída aos novos métodos implantados no processo de apreciação de contas e às mudanças promovidas no âmbito da DIAFI, incluindo a essa realidade as auditorias regionalizadas. O total de processos julgados pelo Tribunal Pleno e Câmaras Deliberativas ultrapassou a meta em 17,74%

No período foram julgados e apreciados pelos colegiados (Pleno e Câmaras) 11.245 processos, sendo 1.694 acima da projeção, que foi de 9.551, entre Prestações de Contas de Prefeituras e Câmaras Municipais, Administrações Indiretas dos Municípios e do Estado, Secretários de Estado, entes da Administração Direta, Contas dos Poderes, do Ministério Público e do próprio TCE.

Os números mostram um

crescimento satisfatório nas câmaras e Tribunal Pleno. A Primeira Câmara Deliberativa projetou uma meta para atingir no Biênio de 3.600 processos. Esse número foi ultrapassado e ao final chegou aos 4.078. A mesma performance aconteceu na Segunda Câmara, que tinha uma previsão para atingir os 3.601 processos julgados e fechou o exercício com 4.795 feitos. O Tribunal Pleno não trabalhou menos e ultrapassou os 2.350 processos pretendidos, chegando ao final da gestão com 2.372 processos julgados.

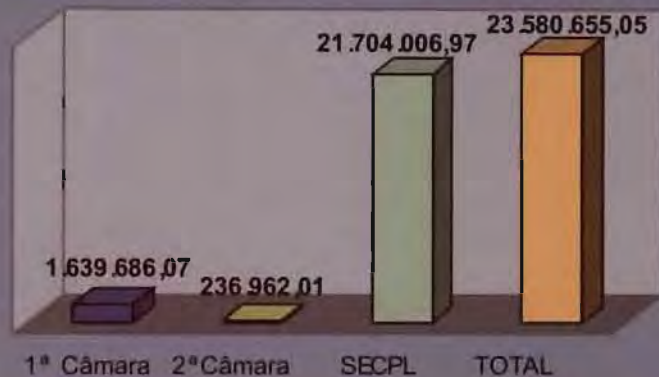
Bastante significativo para aferir a produção do Tribunal de Contas no Biênio foram as previsões anuais de crescimento. O TCE calculou uma meta geral para 2007 em torno de 4.400 processos a serem apreciados. Essa marca foi superada em 756 processos, fechando num montante de 5.146 feitos. Já em 2008, a projeção para julgados de 5.151 foi superada em 865 processos, finalizando o exercício com 6.016 processos levados a julgamento.

## Imputação de débitos e remessas ao Ministério Público

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado fechou os registros de imputação de débitos e multas a gestores nos exercícios de 2007 e 2008 num montante de R\$ 23.580.655,05, somando-se todos os valores das duas Câmaras Deliberativas e Tribunal Pleno. Desse total, foram encaminhados ao Ministério Público para providências no tocante a cobrança judicial um total de acordãos, com força de título executivo, no montante de R\$ 20.958.456,11, em oito lotes de remessas periódicas, referentes a 693 acórdãos encaminhados nos dois exercícios, envolvendo responsabilidades de 885 gestores.

É importante frisar, de acordo com os dados da Corregedoria, que a diferença entre os valores imputados pelas 1ª e 2ª Câmaras Deliberativas e pelo Tribunal Pleno em relação às remessas da Corregedoria para cobrança judicial frente ao Ministério Público, ocorre em função de pedidos de parcelamentos de débito e outros meios recursais interpostos pelos gestores responsabilizados para recolhimento destes valores.

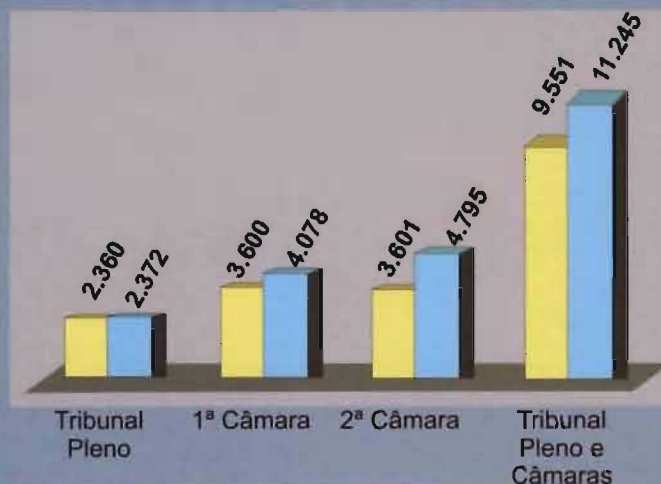
### Imputação de Débitos e Multas nos exercícios de 2007 e 2008



### Remessas de Acórdãos do TCE/PB ao Ministério Público para cobrança judicial - Exercícios 2007 e 2008



### Processos julgados pelo Tribunal Pleno e Câmaras no biênio 2007/2008



Os números referentes aos processos julgados ou apreciados nos dois exercícios superaram as metas previstas pelo Tribunal de Contas em 17,74%, chegando no final do exercício de 2008 a 11.245 processos, ultrapassando em 1.694 feitos a previsão estabelecida pela Diafi.

## FORÇA TAREFA

### Mais de 4 mil processos de aposentadoria, pensão e reforma analisados pela Auditoria

Um esforço concentrado, voltado para agilizar a análise processual e a eliminação do elevado estoque de mais de 4 mil processos referentes a concessões de aposentadoria, pensão e reforma, no âmbito da Auditoria, foi o resultado do trabalho realizado pela Força Tarefa, formada por 11 pessoas, entre auditores e assistentes jurídicos, criada pelo presidente do TCE, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, em 04 de dezembro do ano passado. Um trabalho pioneiro que, até setembro de 2008 já contava com 3.662 processos instruídos, o equivalente a 88,26% do montante, e outros 2.888 julgados, ou seja, 69,60% do acumulado.

“Nosso objetivo é dar agilidade à análise desses processos”, comentou o conselheiro Arnóbio Viana no momento da instalação dos trabalhos, que teve como responsável pela execução o Auditor de Contas Públicas, Hélio Carneiro Fernandes.

O acúmulo observado vinha se avolumando desde o ano de 2003 e já representava 80% dos pedidos encaminhados para a mesma finalidade, pendentes em setores do TCE. O maior número de processos desta ordem era originário da PBPPrev (Previdência Estadual). Somavam-se a estes, aqueles relacionados aos Regimes Próprios de Previdência de municípios, a exemplo de Campina Grande, Sumé, Patos, Bayeux, Santa Rita, Cajazeiras e Sousa.

Ao final de setembro/2008, os processos remanescentes representavam 11,74%, os quais completam os 100% dos 4.149 benefícios, alvo da Força Tarefa. Estes continuam sendo analisados e instruídos pelos componentes desta equipe de trabalho, e foram programados para estar

conclusos até os primeiros quinze dias de dezembro deste ano. Isso implica no atingimento cabal do objetivo pretendido e a causa do êxito foi o emprego de dedicação, afincamento e direcionamento.

#### DEAPG

#### Departamento de Auditoria de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária

Informação dos Processos analisados:

PERÍODO	QUANTIDADE		
	PCA - RPPS	BENEFÍCIOS	
Out./2007	12	102	20
Nov./2007	17	106	20
Dez./2007	12	85	20
Jan./2008	13	106	0
Fev./2008	13	272	31
Mar./2008	12	332	28
Abr./2008	10	469	38
Mai./2008	4	468	46
Jun./2008	6	414	34
Jul./2008	11	418	23
Ago./2008	15	247	30
Set./2008	4	351	30
Out./2008	8	292	30
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>3662</b>	<b>350*</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.149 (137+3.662+350)</b>		

\* Análise preliminar.

RPPS: Regimes Próprios de Previdência Social



Mais de quatro mil processos referentes a concessão de aposentadorias, pensão e reforma, que enchem as prateleiras da Auditoria do Tribunal de Contas foram analisados e apreciados a partir do esforço concentrado da Força Tarefa composta por auditores e assistentes jurídicos.

## Ouvidoria é mais um canal de acesso para a sociedade

*“O controle social, pois, em qualquer de suas modalidades, é uma alavanca com que se move a cidadania; é um braço avançado dos órgãos de fiscalização; é um dos instrumentos da democracia participativa.”*

A Constituição brasileira de 1988 consagra diversos mecanismos de atuação do controle social. Buscando esse escopo surgiu a Ouvidoria, que teve suas origens na Suécia, com a função de assegurar os princípios constitucionais, trazendo a figura do *ombudsman*, que é o elo de ligação entre cidadão e Estado.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas da Paraíba criou, através da Lei 8.126 de 21 de dezembro de 2006, a Ouvidoria do TCE/Pb, visando abrir um canal condutor de denúncias, reclamações, sugestões, solicitações de informação e elogios, garantindo o princípio da eficiência e da transparência em suas relações com a sociedade. Na atual gestão a Ouvidoria ganhou mais espaço de acesso na página on line do TCE/Pb.

Ligada à Presidência, tendo à frente o seu Ouvidor, o Conselheiro Flávio Sátiro Fernandes, a Ouvidoria foi efetivamente instalada em abril de 2007, contando com um corpo de servidores formado por um Coordenador, uma Auditora de Contas Públicas e um Auxiliar de Auditoria de Contas Públicas, e uma agente de documentação.

Ao longo de seu período de funcionamento (1 ano e 7 meses), a Ouvidoria já recebeu 426 demandas, assim distribuídas:

Natureza da Demanda	Quantidade 2007	Quantidade 2008	TOTAIS
Crítica	1	1	2
Denúncia	136	133	269
Solicitação de Informação	32	56	88
Reclamação	17	23	40
Sugestão	5	6	11
Elogio	1	2	3
Outros	6	7	13
Total Geral	194	228	426

Com intuito de apurar as denúncias oferecidas, a Ouvidoria realizou 118 (cento e dezoito) diligências in loco em diversos Municípios e Órgãos Estaduais, restando atualmente um estoque de 69 demandas a serem analisadas (54 denúncias, 8 solicitações de informação, 5 reclamações e 2 sugestões).

A Ouvidoria concretiza-se, assim, como o canal direto do cidadão com o Tribunal de Contas, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo democrático e controle social, manifestando ainda seu desejo de efetiva fiscalização das obras e ações públicas.



*A Ouvidoria foi instalada em abril de 2007 e atende aos pedidos de informações, reclamações e as sugestões da sociedade.*

Ligação gratuita: **0800 286 3300**

Endereço eletrônico: **ouvidoria@tce.pb.gov.br**

Correspondência: Rua Geraldo Von Shosten, 147 - Jaguaribe, João Pessoa/PB - CEP: 58.015-190

## Tribunal de Contas leva o Sagres às escolas

Com o objetivo de atrair os estudantes para o interesse pela fiscalização dos dinheiros públicos o Tribunal de Contas do Estado levou para as escolas públicas o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres), que tem como finalidade a transparência na aplicação e controle dos gastos públicos.

O Liceu Paraibano foi o primeiro colégio visitado pelo TCE. Os técnicos do Tribunal montaram na escola uma estrutura com tendas, banners e computadores para orientar os alunos em como promover consultas *on line*, no ambiente da web, a esse instrumento de fiscalização.

Na Paraíba, já são usuários habituais do Sagres organismos como a Procuradoria da República, a Receita Federal, a Polícia Federal e o INSS, este último interessado na consulta às folhas de pagamento das Prefeituras e Câmaras Municipais para a detecção de problemas com o recolhimento de contribuições previdenciárias.

O sistema também transforma o cidadão comum no fiscal do dinheiro público, permitindo um controle social sobre receitas e gastos públicos. A consulta é realizada de modo simples: ao abrir a página do TCE na internet ([www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br)), através do link “Sagres On Line”, o interessado toma conhecimento das receitas do período, assim como de todas as despesas, a exemplo de gastos com obras, aquisições de bens, produtos e serviços.

O programa é alimentado com dados que, sob força de norma disciplinadora, são obrigatoriamente fornecidos pelos ordenadores de despesas públicas, os quais são disponibilizados para acesso ao público. Nele, são encontradas, entre outras informações, vários demonstrativos quanto aos resultados financeiros; receita arrecada e despe-

sas realizadas; licitações; gastos com educação; gastos com saúde; obras e serviços de engenharia; despesas pagas por fontes de recurso; créditos adicionais abertos; despesas empenhadas e pagas no mês, além dos valores acumulados mês a mês ou possibilidade de consulta a vários exercícios financeiros.



*Servidores do TCE orientam os alunos para o uso do Sagres*

### Experiência para outros tribunais

O êxito do Sagres tem sido comprovado, dentro e fora da Paraíba. O Tribunal de Contas do Piauí, por exemplo, decidiu adotar o sistema de consulta naquele Estado. Para isso firmou um termo de cooperação técnica com o Tribunal da Paraíba para absorver-lhe a tecnologia e a experiência.

O sistema disponibiliza kit com manual, disquete de instalação e senha individual, com caráter intransferível de cada representante dos órgãos jurisdicionados – favorece o acompanhamento, passo a passo, das gestões públicas.

Possibilita, também, o acesso imediato a informa-

ções relacionadas à origem e disponibilidade de recursos, identificação de cheques e limites orçamentários. E, ainda, que empresas e prestadores de serviços tenham suas situações observadas mediante consulta “on line” a cadastros externos.

Os Auditores do TCE/Pb podem, além disso, comparar execuções orçamentárias e financeiras entre municípios do mesmo porte e de uma mesma região geográfica.

Recentemente, o gabinete do vice-presidente Nominando Diniz concluiu o processo de melhoramento das consultas populares ao SAGRES feitas, então, a partir de uma única página.





*A Comissão Especial foi criada para fazer o planejamento estratégico e apontar as necessidades do Tribunal de Contas do Estado ao longo dos próximos cinco anos*

## PLANEJAMENTO

# Tribunal prepara plano estratégico até 2014

O Tribunal de Contas da Paraíba, considerado hoje um dos mais eficientes no país, avança no processo de modernização e trabalha para aperfeiçoar seus procedimentos e ampliar ainda mais a interação com a sociedade de forma transparente, utilizando-se dos meios tecnológicos que permitem serviços mais rápidos e eficazes. Para isso, busca organizar-se estrategicamente com a visão futura até o ano de 2014.

Foi com esse propósito, através da Portaria n 85, que o presidente da Corte, Conselheiro Arnóbio Viana, designou uma comissão especial para elaboração do Plano Estratégico 2010/2014. A comissão, que terá como coordenador o Conselheiro Fernando Catão, foi composta pelos Auditores de Contas Públicas Ed Wilson Fernandes de Santana, Gláucio Barreto Xavier, Maria de Fátima Araújo, Maria Zaira Chagas Guerra, Marilza Ferreira de Andrade, Mirtzi Lima Ribeiro, Sebastião Taveira Neto e Stalin Melo Lins da Costa, tendo como objetivo específico apresentar proposta de revisão do Plano Estratégico 2005/2009 do TCE/Pb e elaborar a minuta do Planejamento Estratégico para o período de 2010/2014.

A Comissão Especial do Plano Estratégico do TCE já

iniciou os trabalhos com reuniões preliminares e projeta suas perspectivas a partir de um diagnóstico institucional, permitindo a análise dos pontos positivos e negativos do ambiente interno, aproveitando as oportunidades e o momento para identificar suas variáveis, que estarão sob controle, em vir-

tude do conhecimento sistemático e metódico da própria instituição.

No campo externo, a expectativa da sociedade será norteadora para o mapeamento das mudanças tecnológicas que vão ao encontro dos anseios sociais e, nessa direção, se sobressaem as parcerias entre instituições públicas em busca de compatibilidade para alcançar novos métodos que possam permitir a percepção dos indícios de corrupção.

O trabalho da Comissão vai apontar também as possibilidades de mudanças

necessárias ao melhor aproveitamento das condições técnicas do Tribunal, sempre voltadas para os anseios da sociedade e nessa direção, identificar pontos a serem melhorados em relação ao tramite processual, estrutura organizacional e de pessoal, política de recursos humanos, entre outras atividades atinentes ao planejamento estratégico, de maneira que as reais necessidades sejam compatibilizadas com vista aos potenciais a serem alcançados.

*“O trabalho da Comissão vai apontar as possibilidades de mudanças e necessidades para melhor aproveitamento das condições técnicas do Tribunal, sempre voltadas aos anseios da sociedade”*

## ARTICULAÇÃO

### *Parcerias e convênios do TCE/Pb com órgãos e entidades fortalecem a fiscalização pública*

Uma das marcas da gestão do Conselheiro Arnóbio Alves Viana foi também a permanente articulação com outros órgãos e entidades, visando sempre o cruzamento de informações, num esforço conjunto para desencorajar as distorções, os alcances ou qualquer outra prática delituosa apurada e que traga prejuízos ao erário público.

Essa preocupação o Conselheiro Arnóbio Alves Viana manifestou já no seu discurso de posse, quando defendia, naquele momento, a união de esforços para a apuração e punição dos responsáveis por desvios do patrimônio e do dinheiro da sociedade.

Nesse sentido, foram vários os convênios e parcerias firmadas com os mais diferentes entes públicos, como a seguir destacam-se.

#### *TCE/Pb com o TCU: controle dos convênios com recursos federais*

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues, veio à Paraíba assinar, junto com o Tribunal de Contas do Estado, um acordo de cooperação para a atuação conjunta na fiscalização dos recursos oriundos de convênios celebrados por órgãos federais com outros pertencentes ao Estado e aos Municípios paraibanos. A parceria também favoreceu o



*Ministro Walton Alencar reunido com conselheiros no TCE*

treinamento de equipes dos dois Tribunais, e foi assinada em setembro/2007.

“É uma iniciativa com duas vertentes: a do controle do dinheiro público e a do aperfeiçoamento dos nossos quadros”, explicou o ministro.

O TCE/Pb foi o primeiro tribunal no país escolhido para esse tipo de parceria, segundo acentuou Walton Alencar, justificando as boas informações de que já dispunha acerca do TC paraibano, fato que o motivou a assinar o termo de cooperação técnica.



*O Presidente do TCU, ministro Walton Alencar e o conselheiro Arnóbio Viana, presidente do TCE, assinam a parceria*

O presidente do TCE/Pb, Conselheiro Arnóbio Viana, por sua vez, considerou a ação articulada entre ambas as Cortes mais um mecanismo para agilizar e intensificar, em todos os pontos da Paraíba, o controle da aplicação dos recursos decorrentes de convênios celebrados com entes do Governo Federal.

### *Banco do Brasil permite o acesso a saldos bancários de órgãos públicos*

O TCE/Pb foi a primeira corte estadual no país a assinar, junto ao Banco do Brasil, um acordo de cooperação para permitir o acesso direto a saldos e extratos de órgãos estaduais e municipais destinatários de recursos federais. O evento ocorreu no mês de junho de 2007, em solenidade no Plenário João Agripino e contou com a presença do superintendente regional do Banco do Brasil, Elói Medeiros Júnior.

A parceria marcou uma das mais importantes ações da atual gestão no processo de fiscalização dos dinheiros públicos, haja vista que, até então, apenas a Controladoria Geral (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) eram signatários de acordo seme-

*“Essa parceria permite o acesso direto aos saldos e extratos decorrentes de recursos públicos e atende a uma sociedade desejosa da ação pronta e eficaz dos seus organismos de fiscalização”*

lhante. “A idéia é estancar a hemorragia com o paciente ainda vivo, ou vivíssimo, por assim dizer”, comentou o presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, Conselheiro Arnóbio Viana, ao acrescentar que a iniciativa atende a uma sociedade desejosa da ação pronta e eficaz dos seus organismos de fiscalização.

O gerente geral da Agência Setor Público do BB, Marcos Marques, explicou que os Auditores do Tribunal terão pronto acesso aos repasses de 18 órgãos públicos federais para Prefeituras e entes do Governo do Estado.

### *Acordo de cooperação técnica com Ministério da Previdência*

Outra importante parceria feita pela Presidência do Tribunal durante a gestão foi o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2008, firmado entre o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério da Previdência Social (MPS), objetivando sistematizar o intercâmbio de informações na área de auditoria previdenciária para o aprimoramento do

controle e supervisão da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, dos Municípios e do Estado da Paraíba.

A assinatura do acordo, com a presença do presidente do TCE/Pb, conselheiro Arnóbio Viana, aconteceu em Brasília, em março de 2008, depois de várias reuniões técnicas ocorridas a partir de maio de 2007, quando começaram os primeiros contatos entre a Assessoria Técnica da Presidência do TCE/Pb e auditores da Receita Federal. Na sequência seguiram os entendimentos, já com a participação do Conselheiro Fernando Rodrigues Catão, designado pelo Tribunal como Gestor do Grupo de Trabalho da Previdência.

Pelo acordo, a Dataprev (MPS) e a Ecosil (TCE/Pb), disponibilizariam o suporte necessário para sua implementação. Em termos operacionais, o Tribunal desenvolveu um módulo de captura e coleta de dados para os RPPS (Módulo RPPS-e). Posteriormente, o módulo foi substituído por um sistema, passando a integrar o SAGRES e a recepcionar a gestão de toda a administração descentralizada.

### *Parceria com as procuradorias para dar efetividade às decisões da Corte*

Um convênio firmado com as Procuradorias Geral de Justiça e do Estado para dar efetividade às decisões da Corte, no tocante à rapidez no ingresso de medidas judiciais, aliada à necessidade de dar plena e célere tramitação aos acórdãos imputativos de débitos oriundos do Tribunal, foi mais um avanço do TCE/Pb para dar efetividade às suas decisões. O objetivo maior é a reparação de prejuízos causados ao Erário, bem como de atendimento às demandas para apuração e investigação em função de atos passíveis de responsabilização criminal e/ou de atos que caracterizem, em tese, improbidade administrativa.

Pelo convênio, caberá ao TCE/Pb, com vistas a instruir ação executiva a ser interposta quando da imposição de multa ou débitos inerentes à Fazenda Pública, encaminhar à Procuradoria Geral do Estado cópia do ato formalizador imputativo de débito, ou seja, o respectivo Acórdão, inclusive, quando o prazo para recolhimento voluntário ou pleito de parcelamento, ultrapassarem prazo regimental fixado, indicando dados de qualificação pessoal e profissional do responsável; quando da apuração de responsabilização criminal.

A Procuradoria Geral do Estado terá como obrigações, dentro de suas competências, promover a ação executiva contra o responsável imputado pelo Acórdão oriundo do TCE/Pb, em prazo de 30 dias; comunicar por ofício ao Ministério Público da Paraíba através da Procuradoria

Geral de Justiça e ao TCE/Pb, em até sete dias após a propositura de ação executiva, o nome do imputado, do registro da ação judicial e do Juízo onde se encontra tramitando.

### *Programa de Controle Social recebe apoio da Eletrobrás para divulgação*

Tendo como objetivo principal o incentivo aos idosos num programa de controle social inédito no país, o TCE/Pb firmou um contrato para patrocínio com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileira S.A., para divulgação do VOCE - Voluntários do Controle Externo. A parceria foi formalizada e a empresa entrou com uma contribuição financeira em conformidade com o projeto básico aprovado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM/Pr, em reunião realizada em dezembro/2007.

O montante destinado pela Eletrobrás ao Programa VOCE foi de 200 mil Reais e em contrapartida, o Tribunal de Contas se comprometeu a inserir a logomarca da Eletrobrás em todo o material de divulgação, que ficou projetado para campanha televisiva, em rádios, revistas e jornais, além da aquisição de camisetas padronizadas em malha para utilização pelos voluntários em campo, confecção de 4.600 cartazes, 6.000 pastas plásticas e 6 faixas-banners e produção de vídeos institucionais.



*Procurador do MPS, Dr. Francisco Leite, fala sobre o RPPS*

## Aprimoramento no processo de fiscalização das obras públicas

O Tribunal de Contas da Paraíba manteve durante a gestão permanente entendimentos com a Controladoria Geral do Estado, a Suplan, o Departamento de Estradas de Rodagem e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura para o aprimoramento do processo de fiscalização a obras públicas executadas em todos os pontos do território paraibano.

Os esforços, neste sentido, buscam o acesso direto, por meio eletrônico, às diversas fases de elaboração do orçamento, licitação e execução de cada uma dessas obras. A idéia sugerida pelo presidente da Corte, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, tem o propósito de acompanhar tudo, do modo mais rápido e eficiente possível. E isso inclui itens para a composição dos preços, andamento dos serviços, formas de pagamento e o custo final dos projetos.

Com essa iniciativa a sociedade ganha com os benefícios oriundos do controle efetivo não apenas dos gas-

tos, mas, ainda, dos prazos para a entrega de obras públicas das quais necessita. Tal acompanhamento também interessa aos organismos que formam o Sistema Integrado de Construção e Controle de Obras, em meio aos quais a Controladoria Geral da União, a Controladoria Geral do Estado, a Caixa Econômica Federal e a Cagepa.

Esse controle ficará acessível também no âmbito das Secretarias Estaduais de Administração e Planejamento, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Estadual e Codata. Outros convidados às mesmas discussões foram o Conselho Regional de Contabilidade e a Federação das Associações dos Municípios da Paraíba.

Com tais entendimentos, o TCE deu os primeiros passos para viabilizar a consecução de um sistema informatizado capaz de permitir o acompanhamento, em tempo real, dos investimentos em obras públicas, iniciativa que pode agilizar sua fiscalização e decisões.



## TRANSPARÊNCIA

### *Sistema Eletrônico permite acesso às decisões do TC nos últimos dois anos*

O Tribunal de Contas do Estado implantou o Sistema Eletrônico de Decisões, ferramenta que permite a qualquer pessoa o acesso a todos os acórdãos proferidos em Plenário a partir de 2007. Ao abrir a página da Corte ([www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br)) e clicar na opção TRAMITA, o interessado saberá, em detalhes, do julgamento que estiver procurando (na seção DECISÕES) e, também, poderá dispor de cópia do respectivo acórdão publicado no Diário Oficial, se assim desejar.

“Eu não poderia deixar a Presidência do Tribunal sem implantar este programa de importância extrema não somente para todos nós, mas, sobretudo, para o cidadão comum”, observou o conselheiro Arnóbio Viana.

O Sistema Eletrônico de Decisões permite acesso aos usuários sobre a natureza do processo, seu relator, ementa e composição do resultado, data de publicação do que foi decidido, multa aplicada ou débito imputado (quando for o caso) e demais deliberações resultantes do julgamento.

O sistema também alimenta um Banco de Dados, com vantagens operacionais para a administração do TCE. Além disso, as

informações nele contidas serão de grande valia para o cidadão comum, para os jurisdicionados e, ainda, para os órgãos de imprensa.

Com o novo sistema o usuário poderá acessar, a qualquer momento, a: 1) Lista de débitos imputados e multas aplicadas no exercício; 2) Estatísticas de julgamento, considerando-se a natureza ou o objeto do processo, entidades ou órgãos jurisdicionados; 3) Total de recursos interpostos, providos e desprovidos; 4) Total de denúncias e representações apresentadas e julgadas procedentes e improcedentes; 5) Levantamento de prestações de contas aprovadas sem restrições, aprovadas com ressalvas e desaprovadas; 6) Listagem de pareceres prévios emitidos pelo Tribunal, apontando-se os favoráveis e contrários à aprovação das contas dos Poderes Executivos Estadual e Municipais.

“Não há dúvida quanto ao fato de que o serviço que o TCE disponibiliza à sociedade paraibana atende ao princípio constitucional da publicidade e ao da transparência dos próprios atos do TCE”, entende o conselheiro Arnóbio Viana.



*O Sistema Eletrônico de Decisões foi apresentado na última sessão do Tribunal Pleno*

## PREFEITOS ELEITOS

### *TCE/Pb orienta comissões de transição pacíficas nas prefeituras municipais*

Logo após o término das eleições municipais em outubro de 2008 e a divulgação dos resultados, visando facilitar uma transmissão pacífica dos novos prefeitos eleitos, que tomam posse em janeiro de 2009, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, levou ao Tribunal Pleno e aprovou uma Resolução Normativa para criação de Comissões de Transição de Governo, a serem formadas por secretários municipais – de Finanças, Administração e Planejamento, quando existam – e de um representante do prefeito recém-eleito.

As Comissões foram constituídas para entregar aos eleitos, além de outros documentos, demonstrativo dos saldos bancários disponíveis e transferidos do exercício de 2008 para 2009, termos de conferência de saldo em caixa, relação de valores pertencentes a terceiros e confiados à guarda da Tesouraria (a exemplo de caução e cautelas), balancete de dezembro e relação das despesas realizadas, mas não empenhadas.

Compõem, ainda, a lista de documentos os demons-

trativos da dívida fundada interna e das obras em andamento, livro-caixa, inventário dos bens patrimoniais e de consumo, relação dos precatórios a serem pagos, situação dos servidores municipais, cópias de todos os arquivos eletrônicos e, quando possível, dos softwares acompanhados dos termos de entrega.

**Inspeções** - O presidente do TCE nomeou também uma comissão com nove auditores para receber pedidos de inspeção na contabilidade dos municípios encaminhados por prefeitos eleitos para a sucessão de adversários políticos. “Já temos a equipe, as instalações e os meios para o atendimento a esses pedidos”, observou o presidente.

O grupo foi designado para receber os novos prefeitos em ambiente situado em frente à Sala de Sessões da Corte e conectado ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres). Trata-se do aplicativo de computador que acessa os quadros de receitas e despesas das prefeituras com a folha de pessoal, ações de educação e saúde, serviços e obras públicas.



*A Comissão especial de transição foi criada para apoiar e orientar os novos gestores públicos, eleitos no pleito de 2008*

## Literatura, música e cinema no Projeto TCE + Cultura

A música, a literatura, o cinema e as artes plásticas têm ocupado auditório, salas e corredores do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, onde se celebra, anualmente, a Semana de Arte e Cultura.

A promoção nasceu a quatro anos, fruto do desejo do conagraçamento e do crescimento humano de funcionários do TCE/Pb, com benefícios indiretos para o relacionamento com os organismos jurisdicionados. Mas também atende, é claro, ao propósito de revelação de talentos individuais no campo da arte e da cultura.

Os convidados do ano passado foram o escritor Bráulio Tavares, o artista plástico Flávio Tavares, os cineastas Marcus Villar e Durval Leal, o professor Chico Viana, o cronista Luiz Augusto Crispim, a ensaísta Ângela Bezerra de Castro e a poetiza Vitória Lima.

A presença de Flávio Tavares assinalou a abertura, em maio passado, do Projeto TCE + Cultura, evento de caráter bimestral preparatório da 4ª Semana de Arte e Cultura.

A apresentação do homenageado foi feita pelo Conselheiro Presidente Arnóbio Viana. Observou ele que o pintor paraibano trouxe do berço o gosto pelas artes. “O avô paterno, Pedro Damião, era notável fotógrafo, e o pai, Arnaldo Tavares, além de médico renomado, dedicava-se ao desenho, colaborando, na época, com a ilustração de jornais paraibanos”, lembrou.

Destacou, em seguida, do vasto currículo de Flávio, exposições individuais em pontos diversos do Brasil e, também, na Alemanha, França, Estados Unidos, Israel e Equador, criação de cenários e peças teatrais e a produção de murais e painéis.

Flávio Tavares falou, depois disso, sobre suas técnicas e fases de criação, definindo-se como pintor despreocupado com o estilo: “Não me situo em estilo. Eu vou e volto, constantemente. Trabalho mesmo é com a



emoção e a fantasia. É disso, que advêm as minhas cores”, disse.

Em setembro, a poesia de Augusto dos Anjos teve a análise competente do professor Chico Viana para o público de membros, diretores, técnicos e demais funcionários que superlotava o Plenário Ministro João Agripino.

Depois de surpreender a todos ao recitar, ele próprio, um dos sonetos de Augusto tendo por fundo musical o dedilhar do violão do Consultor Jurídico do TCE/Pb José Francisco Valério Neto, o Conselheiro Arnóbio Viana convidava o colega Flávio Sátiro para o lançamento do Concurso Literário que inscreveria poesias, crônicas e contos de servidores.

O resultado do Concurso Literário sairia em outubro. No gênero “crônica”, os vencedores foram Evandro Claudino de Queiroz (1º lugar, com “Ouro Branco”) e Gláucio Barreto Xavier (2º lugar, com “O Telefonema”).

Sheyla Barreto Braga de Queiroz ganhou o concurso de contos com a obra “Casal Esdrúxulo”, enquanto Paulo Emmanuel, com o poema “Deserto de Mim Mesmo”, obteve a primeira colocação do gênero. As poesias de André Agra (“À Amada”) e de Nilvanda Marques (“Fuga”) receberam, respectivamente, a segunda e terceira classificações.



Luis Augusto Crispim, Ângela Bezerra Castro e Vitória Lima



Prof. Chico Viana fala sobre a obra de Augusto dos Anjos

**CINE CLUBE** - O último evento do Projeto TCE + Cultura, realizado em 18 de abril deste ano, consolidou uma antiga proposta do conselheiro Marcos Ubiratan, formulada quando da primeira visita de Marcus Vilar e Durval Leal ao TCE: a criação de um espaço para a exibição de filmes de artes.

O presidente Arnóbio Viana analisou a idéia e dentro da proposta do projeto cultural do TCE pôs o Cine Clube no cronograma de atividades. Eu jamais imaginei que uma sugestão feita por mim há pouco tempo fosse redundar, tão rapidamente, em projeto de tamanha importância” – comentou Marcos Ubiratan no lançamento do Cine Clube TCE.

O encontro foi aberto pelo conselheiro Nominando Diniz, que fez as vezes do colega Arnóbio Viana, ausente do Tribunal, em virtude de repentino compromisso.

Antes da exibição de “O Senhor do Castelo”, o filme inaugural, os dois cineastas repararam na afluência à Sala de Sessões. “Estamos surpresos com tanta gente”, comentou um deles. O outro acentuou que o projeto agora iniciado teria sua importância refletida, ao longo do tempo, na exibição de mais de 80 produções paraibanas que, em conjunto, amalharam cerca de 150 premiações internacionais.

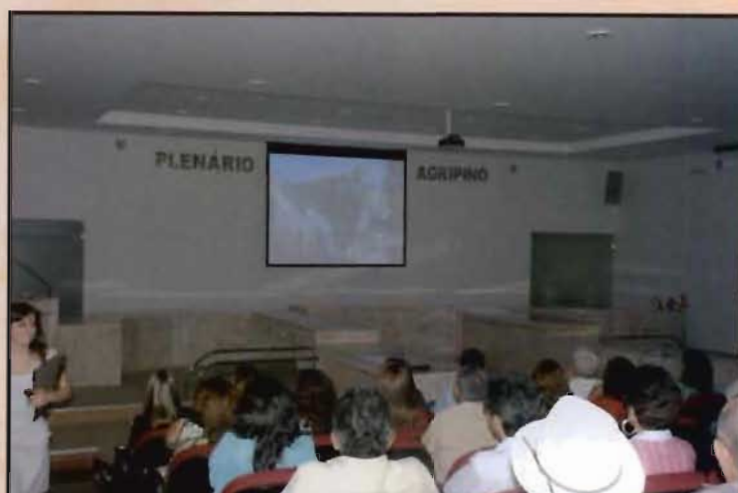
“O Senhor do Castelo”, o primeiro longa-metragem do diretor Marcus Vilar, é um documentário no qual Ariano Suassuna, um dos ícones da literatura brasileira, narra, ele próprio, sua impressionante trajetória.



*O incentivo cultural foi marca da Gestão, também no apoio às atividades que resultaram num maior reconhecimento e no crescimento humano de funcionários, no propósito, ainda, de revelar talentos individuais no campo da arte.*



*Os cineastas Marcus Vilar e Durval Leal mostraram filmes...*



*...consagrados para exibição e debates no Cine Clube*



## *Coral do TCE/Pb une o popular e o erudito nas vozes dos servidores*

O Coral do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba foi criado em maio de 1998, durante a gestão do conselheiro Marcos Ubiratan Guedes Pereira e desde a fundação tem recebido o apoio e o estímulo dos dirigentes que se sucederam ao longo dos anos.

Sob o comando do Maestro João Alberto Gurgel, um músico experiente, o Coral do TCE/Pb leva em sua bagagem, a proposta de um trabalho versátil de tendência popular e erudita que resultou em memoráveis apresentações em eventos e festivais dentro e fora do nosso Estado. O Coral do TCE/Pb é reconhecido na Paraíba e em vários Estados, estando entre os melhores do Brasil. Já tem gravados 4 CDS e, ainda, de acordo com a portaria nº. 030/2004 foi reconhecido como componente do Programa de Qualidade Total.

No biênio 2007/2008 manteve uma programação permanente de apresentações, conforme destacado a seguir as mais importantes. Em 2007 apresentou-se nas comemorações do 36º Aniversário do TCE/Pb, assim como no Festival em comemoração ao Jubileu de 70 anos da presença das irmãs franciscanas de Dilligen (Alemanha) na Paraíba. Seguiram-se a IV Semana de Arte e Cultura do TCE/Pb; 7º Fenace – Festival Nacional de Coros de Empresas – Recife/PE; V Encontro de Corais do Serviço Público; Recital de Natal da Musical Center Ltda, no Teatro Ariano Suassuna do Colégio Marista Pio X e Natal do TCE/Pb.

Em 2008 manteve mesmo ritmo nas atividades, começando com a apresentação no Fenart – Festival Nacional

de Arte na Praça do Povo do Espaço Cultural, juntamente com o Coral da UNIPÊ, em participação especial do Grupo Detonautas, acompanhados pela Orquestra Sinfônica Jovem da Paraíba.

Participou de sessão especial na Assembléia Legislativa da Paraíba em comemoração aos 44 anos e XXI Encontro Estadual dos Alcoólicos Anônimos do Estado da Paraíba. Também na Assembléia, o Coral do TCE/Pb recebeu homenagens por seu aniversário, quando completou 10 anos de existência. Vieram, ainda, a V SEMAC – Semana de Arte e Cultura do TCE-PB; 8º FENACE – Festival Nacional de Coros de Empresas – Recife-PE; VI Festival Paraibano de Coros e VII Encontro de Corais do Serviço Público. Fechou o ano com o encerramento do Curso da Ecosil – apresentando-se em 20 de novembro. Fez o Recital de Natal da Musical Center no Teatro Ariano Suassuna do Pio X, fechando a temporada com o Recital de Natal do TCE/Pb em dezembro de 2008.



*Sob o comando do Maestro João Alberto Gurgel, o Coral do TCE/Pb leva na sua bagagem a proposta versátil de tendência popular e erudita, que resultou nas grandes apresentações em eventos e festivais dentro e fora do Estado, estando entre os melhores do Brasil.*

## Servidores do Tribunal são beneficiados com novo Plano de Cargos e Carreiras

Uma conquista reivindicada por servidores reiteradamente, uma vez que o primeiro plano de carreiras completara 15 anos sem alterações ou revisões, somente veio se tornar realidade em junho de 2007 com a implementação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores do Tribunal de Contas. Ele estabeleceu os quadros de pessoal da Corte, dentro dos mais modernos e atuais princípios da boa administração pública, somando-se a isso a valorização funcional, não somente em relação a atribuição de salários compatíveis com a sua capacitação técnica, mas também pelas oportunidades em termos de níveis, desempenho, tempo de serviço e titulações acadêmicas.

O empenho pessoal do presidente, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, apoiado pelos demais membros da Corte e pela efetiva determinação da comissão que trabalhou na elaboração do projeto, foram importantes para a reorganização do quadro de servidores do TCE/Pb. O incremento de ações de controle externo a cargo da Diretoria de Auditoria e Fiscalização do Tribunal exigiu a necessária ampliação em mais 35 vagas para os cargos de Auditor de Contas Públicas e 11 de Agente Condutor de Veículos, todas providas mediante prévia aprovação em concurso público, assim como a criação de funções de confiança de Chefe de Departamento, Chefe de Divisão, Assessor Técnico, Secretário de Chefe de Departamento, destacando-se que as novas funções são de ocupações exclusivas de servidores efetivos do Tribunal.

O novo Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Contas reorganizou ainda alguns cargos de provimento em comissão, que foram minuciosamente analisados pela Comissão Especial e que se mostraram de extrema necessidade para o melhor desenvolvimento das atividades de diversos setores da Corte, bem como para estruturação do Ministério Público junto ao Tribunal, a saber: Consultor Jurídico (1); Assessor de Comunicação (1); Chefe de Gabinete (1); Assistente de Gabinete (4); Oficial de Registro, Notificação e Expediente (8); e Agente Condutor de Veículos de Representação (1). Criaram-se, ainda, os cargos em comissão de Gerente de Pregão (1); Secretário de Cartório do Ministério Público junto ao Tribunal (1) e Assistente de Serviços Internos (2).

Na mensagem encaminhada ao Poder Legislativo, o Conselheiro Arnóbio Viana destacou, à época, a importância da nova estrutura funcional do Tribunal de Contas, que ao longo dos anos e após o advento de novos institutos constitucionais, ganhou novas prerrogativas e responsabilidades, necessitando assim esse reordenamento, favorecendo o desenvolvimento profissional dos servidores e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade paraibana.

No tocante às remunerações estipuladas para os diferentes cargos, isolados e de carreira, comissionados e funções de confiança, procurou-se a adequação destes valores aos recursos orçamentários existentes e aos limites de gastos com pessoal, conforme as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.



*O Presidente do TCE, Conselheiro Arnóbio Viana, procurou manter sempre aberto o diálogo com os servidores, que em sua Gestão foram contemplados com o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração.*

## Presidente empossa aprovados em concurso público

Uma das primeiras preocupações do Conselheiro Arnóbio Alves Viana, ao assumir a Presidência do Tribunal de Contas do Estado, foi promover a nomeação dos novos servidores, aprovado em concurso público no ano anterior.

Três meses depois de sua posse e, aproveitando as comemorações pela passagem do 36º aniversário do Tribunal de Contas da Paraíba, nomeou os primeiros 92 servidores aprovados no concurso, entre os quais 48 Auditores de Contas Públicas, que foram distribuídos de acordo com as necessidades nos cargos da Auditoria e setores administrativos.

Na ocasião o presidente destacou a importância daquele momento, reiterando o reforço quantitativo do quadro funcional, essencial à atualização e celeridade nas análises processuais, assim como pela qualificação dos novos servidores, que foram submetidos a um concorridíssimo concurso público.



*Os primeiros 92 aprovados no concurso público foram empossados na solenidade*

## Marcos Ubiratan se aposenta após 20 anos de TCE

O Biênio marcou também a despedida do Conselheiro Marcos Ubiratan Guedes Pereira, que levado pelo instituto da aposentadoria, deixou o Tribunal de Contas do Estado, depois de 20 anos de serviços prestados. Marcos Ubiratan, mesmo ausente, foi homenageado em sessão no Tribunal Pleno, no momento em que o presidente da Corte, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, anunciava a publicação de sua aposentadoria no Diário Oficial, instante em que destacou sua honradez, a dignidade, a competência, o espírito público e a independência que sempre pautou sua trajetória profissional.

“Não há palavras capazes de exprimir este momento para o Tribunal de Contas, dada a importância que teve em sua vida o Conselheiro que agora se afasta”, comentou o presidente. Revelou, em seguida, que desistiu da idéia de uma sessão especial em homenagem ao Conselheiro Marcos Ubiratan por saber de sua declarada aversão a reverências e tributos pessoais. “Respeitamos seu posicionamento, seu modo de ser”, disse.

O vice-presidente da Corte, Conselheiro Nominando Diniz observou que o afastamento de nomes como o de Marcos Ubiratan, após o limite de tempo permitido à atividade no serviço público, aumenta a responsabilidade dos

que agora passam a fazer a história do Tribunal de Contas. A dedicação à causa pública, o apego ao trabalho e o domínio profundo das questões processuais foram outras qualidades de Marcos Ubiratan destacadas pelo também Conselheiro Fábio Nogueira.

Houve manifestações, ainda, do procurador André Carlo Torres, do advogado José Lacerda Brasileiro (que falou em nome da OAB) e dos Auditores Umberto Porto, Antônio Cláudio, Renato Sérgio, Oscar Mamede e Marcos Costa. O Conselheiro Marcos Ubiratan também foi citado por seus esforços, quando presidente do TCE/Pb, em favor da ampliação de espaços e da introdução do sistema de informática da Casa, da qual agora se afasta. Não participaram da sessão plenária os Conselheiros Flávio Sátiro, José Mariz e Fernando Catão.

O Conselheiro Marcos Ubiratan Guedes Pereira ingressou no Tribunal de Contas em outubro de 1988. Economista, o Conselheiro exerceu inúmeros cargos públicos, passando pela Cehap, Suplan, Cagepa, Secretaria da Administração, Secretaria de Planejamento e Secretaria das Finanças, chegando inclusive ao cargo de Secretário de Estado e Conselheiro do TCE/Pb, tendo exercido a Presidência do órgão no biênio 97/98.

## Serviços de drenagem e pavimentação reestruturam estacionamento do TCE

A solução de um problema que demandava atenção constante no pátio interno do TCE/Pb – notadamente aos fundos, que ainda se apresentava com dificuldades de escoamento em função da inexistência de um sistema de esgotamento e drenagem de águas pluviais, somando-se a isso o desnivelamento do chão, motivos que causavam transtornos nas edificações e requeriam atenção redobrada; – foi outra iniciativa que marcou a gestão no Biênio que se encerra.

Sensível à questão, o presidente da Corte, Conselheiro Arnóbio Alves Viana solicitou aos servidores da casa que militam na área de arquitetura e engenharia, projeto que englobasse adequação das condições desta área, incluindo adjacências, através de um sistema de captação de águas pluviais com construção de galerias, cujo fluxo seguisse até a rede de coleta na Av. Dom Pedro II.

Para execução dessa obra tornou-se necessária a execução de alguns serviços paralelos nas áreas circunvizinhas e modificações nos espaços destinados ao estacionamento do próprio Tribunal.

O projeto, executado em três etapas, foi levando adiante – iniciando-se pela construção de galerias. Incluiu também, o redesenho do local quanto à área de estacionamento com pavimentação ecologicamente correta, o paisagismo e jardinagem, visando à preservação de ar-

bustos e inclusão de novos e plantio de folhagens diversas em canteiros, o reordenamento e também a criação de novas vagas para estacionamento, que resultou em incremento de cerca de quarenta novas vagas.

Ressalta-se que este projeto foi fruto de uma concepção mais avançada sobre as necessidades de permanente adequação do ambiente físico de trabalho dos servidores, criando-se condições adequadas à sua permanência no local e o conseqüente crescimento da produtividade.



*Pátio interno do TCE é preparado para o estacionamento*



*Depois de realizados todos os serviços para construção de galerias, a área do estacionamento interno foi pavimentada ecologicamente e feitos os complementos de paisagismo e jardinagem*

## Advogados ganham espaço no Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas da Paraíba abriu espaço em suas instalações para a Ordem dos Advogados do Brasil/OAB/Pb, criando a “Sala dos Advogados Romeu Abrantes”, assim denominada em homenagem ao advogado e ex-deputado estadual. A solenidade foi acompanhada pelo presidente regional da OAB, José Mário Porto, pelo deputado Lindolfo Pires (representando a Assembléia Legislativa), afora advogados e familiares do ex-parlamentar. Na ocasião, o conselheiro Nominando Diniz representou o presidente do TCE, Arnóbio Viana.

Instalada em uma das alas principais do TCE/Pb, a nova sala, além do mobiliário necessário, também dispõe de computador e acesso à internet. O novo espaço do advogado foi uma demonstração de transparência da Corte de Contas, que abre suas portas, institucionalmente, para que os advogados desenvolvam seu trabalho com maior conforto e comodidade. O advogado Diogo Mariz lembrou a conquista de idêntico espaço em quase todos os Tribunais e destacou a atenção dispensada aos que militam, rotineiramente, no TCE/Pb.

O presidente da OAB, José Mário Porto, observou que a Sala dos Advogados é mais um avanço no bom relacionamento com o TCE/Pb, agradecendo ao presidente Arnóbio Viana pelo atendimento a esse antigo pleito. “Trata-



*José Mario Porto e Nominando Diniz prestigiaram o evento*

se de homenagem a um advogado que fez história na Paraíba e que, mesmo emprestado à política, jamais deixou de lado a militância no Direito”, concluiu. A Sala Romeu Abrantes também foi lembrada pelos advogados em sessão do Tribunal Pleno. Os depoimentos, no caso, também foram feitos em tom de agradecimento ao Conselheiro Arnóbio Viana.

## Órgãos se reúnem para discutir integração do Controle Externo

Representações do Tribunal de Contas da União, das Controladorias Gerais da União e do Estado, além de quadros do Tribunal de Contas do Estado se reuniram, no Plenário Ministro João Agripino, para o I Encontro Técnico dos Órgãos de Fiscalização da Gestão Pública. “Trata-se de evento pioneiro porque reúne, com um mesmo propósito, quatro importantes organismos de controle”, comentou o representante do TCU no Estado Rainério Rodrigues Leite

Decorrente de acordo de cooperação firmado anteriormente por essas entidades, o encontro, realizado na sede do TCE, serviu à discussão de temas relacionados ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos de convênios na Paraíba.

O objetivo maior do encontro foi integrar, da melhor forma possível, as ações de fiscalização com benefícios evidentes para a população, como explicou o presidente da Corte, conselheiro Arnóbio Viana.

Ações com esse propósito vêm sendo levadas à frente pelos órgãos participantes através de parceri-

as, como é o caso do acordo firmada entre o TCE e o TCU, para fiscalização conjunta dos recursos oriundos de convênios entre órgãos federais, Estado e Municípios

O presidente do TCE lembrou que exprimiu o desejo de integração dos agentes de controle externo, logo no momento da posse, quando se propôs a fazer do Tribunal “um órgão menos ensimesmado e mais próximo da sociedade”.

Técnicos e dirigentes de áreas dos dois Tribunais de Contas e das duas Controladorias Gerais falaram sobre os instrumentos e os quadros operacionais de que seus organismos dispõem para as atividades de controle das quais estão incumbidos.

O conhecimento mútuo dos meios e das maneiras como cada um deles opera favorece a parceria em questão, conforme entendimento geral. O representante do TCU acredita que a iniciativa cria na Paraíba, “um foro para discussão estruturada das questões atinentes ao uso do dinheiro da sociedade”.

## Harmonia com os poderes e órgãos foi marca da gestão

Manter um bom relacionamento com os poderes e instituições foi uma das preocupações do Conselheiro Arnóbio Alves Viana, durante seu período à frente da mesa Diretora do Tribunal de Contas do Estado. No Biênio, além de parcerias importantes para a melhoria das atividades, tanto do TCE/Pb, quanto desses órgãos, a Presidência da Corte buscou ampliar a convivência democrática com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive, participando efetivamente das reuniões da comissão interpoderes, sob a coordenação do Governador do Estado.

Um exemplo dessa boa convivência foi a visita feita ao Tribunal pelo desembargador Antônio de Pádua Lima Montenegro, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, com sua assessoria. Ele se mostrou interessado em aprofundar o relacionamento entre as duas Casas, iniciativa também requerida e louvada pelo presidente do TCE/Pb, Conselheiro Arnóbio Viana. O visitante ilustre, por sua vez, asseverou: “Queremos a orientação permanente dos senhores, a fim de que possamos melhorar, cada vez mais, nossa prestação de contas”. Posteriormente, essa visita foi retribuída pelo Presidente Arnóbio Viana.

Do mesmo modo, aconteceu com a Assembléia Le-

gislativa, quando em várias oportunidades o presidente daquele Poder esteve no TCE/Pb para discutir assuntos de interesses comuns, buscando sempre o melhor encaminhamento, a exemplo de discussões sobre eventual instalação do Tribunal de Contas dos Municípios. Tais entendimentos conduzidos pelo presidente do TCE/Pb, Conselheiro Arnóbio Viana, e o da Assembléia Legislativa, deputado Arthur Cunha Lima, terminaram em bom termo, chegando-se à conclusão da inviabilidade em relação àquela iniciativa, com a garantia de que os paraibanos já dispõem de uma Corte de Contas moderna, ágil e competente naquilo que faz há 34 anos: o controle eficiente dos gastos públicos no Estado e nos Municípios”, observou o presidente do TCE/Pb.

*“É importante a orientação permanente do Tribunal de Contas para que possamos melhorar, cada vez mais, nossa prestação de contas”*

*Des. Antonio de Pádua*

Com o Ministério Público Estadual o Tribunal de Contas ampliou ainda mais o bom relacionamento existente com a oficialização de parcerias, até porque, várias das prerrogativas, tanto do TCE/Pb, quando da Procuradoria, precisam do apoio mútuo. Para o Tribunal mais celeridade e efetividade às decisões da Corte perante a Justiça. Por outro lado, o TCE/Pb amplia o fomento de informações técnico-administrativas em relação aos gestores públicos.



*O presidente do TJ, Des. Antônio de Padua destacou a harmonia com o TCE em visita ao Presidente Arnóbio Viana*

## SERVIÇOS DE SAÚDE

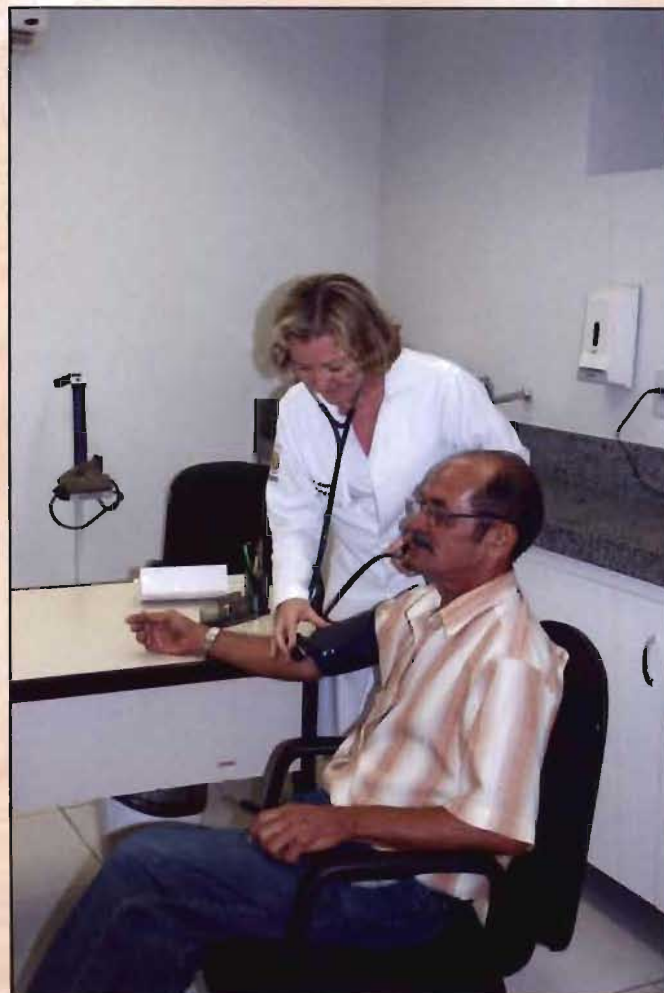
### *Gabinetes médico e odontológico no dia-a-dia da Corte*

Os serviços da área de saúde estão entre os mais importantes do Tribunal de Contas e que têm recebido o apoio necessário para dar tranquilidade aos servidores no dia-a-dia de trabalho. Instalado em consultórios médico, odontológico e sala de enfermagem dentro dos padrões oficiais, o setor presta serviços e trabalha com um cronograma de atendimento planejado, mantendo-se de prontidão para os casos emergenciais.

O setor médico e ambulatorial dispõe de ambiente estruturado, com farmácia básica necessária para as urgências. Mantém uma programação de campanhas específicas para imunização, realizadas em campanhas de vacinação, assim como em relação a realização de palestras didáticas no âmbito do Tribunal sobre temas referentes aos cuidados com a saúde.

Seguindo uma performance constante, o Gabinete Odontológico trabalhou no ano passado com uma média de 600 pacientes por trimestre, o que permitiu chegar ao final do exercício com 5.923 pessoas atendidas, número já superado em meados de outubro de 2008.

Além dos serviços básicos de saúde, o Setor Médico promove atividades paralelas e voltadas para o bem estar do servidor, em muitos dos casos através de campanhas preventivas. Esclarecimentos e combate ao mosquito *Aedes Aegypti* (Dengue) é uma preocupação permanente, assim como as campanhas de imunização contra o tétano, sarampo, gripe, rubéola, entre outras. Fisioterapia, alongamentos, incentivo a doação de sangue e boa postura no trabalho são também temas levados à prática.



*O Tribunal de Contas do Estado mantém uma moderna estrutura para atendimento médico ambulatorial e Gabinete Odontológico, que atende aos servidores, patrocinando assim mais segurança no trabalho e tranquilidade para que possam exercer suas atividades com mais eficiência.*



## Palestra de Ariano Suassuna e entrega de medalhas no aniversário do Tribunal

Palestra do escritor Ariano Suassuna, entrega da medalha “Ministro Cunha Pedrosa” a personalidades paraibanas e a nomeação dos classificados nos concursos públicos realizados em novembro de 2006 para a Auditoria e setores administrativos assinalaram as comemorações do 36º aniversário do Tribunal de Contas da Paraíba.

A sessão solene, aberta pelo conselheiro-presidente Arnóbio Viana, deu-se no Auditório Ministro João Agripino, então com um dos seus maiores públicos.

A medalha conferida pelo TCE/PB a pessoas que se destacaram por suas contribuições à cultura, à história e ao desenvolvimento da Paraíba foi entregue ao próprio Ariano, ao ex-governador Dorgival Terceiro Neto, aos Conselheiros aposentados Luiz Nunes e Gleryston Lucena e, ainda, ao Conselheiro substituto Nilton Gomes de Souza.

Também foram homenageados, “post mortem”, o ex-governador Clóvis Bezerra Cavalcanti, o economista Ronald Queiroz, o ex-presidente da OAB-PB Arlindo Delgado, o ex-secretário de Finanças José Soares Nuto e a servidora do TCE/PB, recentemente falecida, Maria de Lourdes Ramalho de Mendonça.

Coube ao Conselheiro Luiz Nunes o discurso em nome dos homenageados, dos quais exaltou os feitos e a importância para a vida pública paraibana. Ana Célia Albuquerque, 2º lugar em geral nos concursos de novembro, falou pelos nomeados.

Depois disso, tudo transcorreu informalmente com a palestra de Ariano Suassuna, que, em alguns momentos, arrancou o riso da platéia. Ele priorizou a questão da cultura popular.



Antes da Palestra de Ariano Suassuna o TCE fez homenagem a várias personalidades



## Palestra da Atricon no TCE

*Prefeitos de toda a Paraíba participaram da palestra sobre importância do Controle Interno no âmbito da administração municipal, proferida pelo presidente da Atricon, Conselheiro Victor Faccioni, do Rio Grande do Sul, em março/2007, evento ocorrido no Plenário Ministro João Agripino Filho.*

*O Conselheiro Arnóbio Alves Viana apresentou o colega gaúcho e destacou sua presença na Paraíba como contribuição para o aperfeiçoamento do controle das contas públicas.*

*O tema da palestra movimentou o debate, que contou também com a participação, como mediador, do secretário-chefe da Controladoria Geral do Estado, Luzemar da Costa Martins.*



*O presidente da Academia Paraibana de Letras, Juarez Farias foi o convidado para falar sobre o economista Celso Furtado, criador da Sudene e um dos mais ilustres paraibanos, reconhecido no Brasil e no exterior.*



*O cantor Bráulio Tavares foi uma das atrações na abertura do 4 Semac - Semana de Arte e Cultura do TCE, em outubro/2007, evento que reuniu ainda exposições, cinema e shows musicais, entre outras atividades culturais.*



*O ex-ministro das Cidades, Olívio Dutra, participou do III Seminário Sobre Controle Externo de Contas Públicas, destinado a prefeitos e secretários municipais. Ele fez palestra sobre Orçamento Participativo: Consolidação da Cidadania".*



## Procuradora Geral do TCE

O Tribunal de Contas do Estado reuniu-se em agosto/2007, em sessão extraordinária, para a recondução por mais dois anos da Procuradora Ana Tereza Nóbrega à frente do Ministério Público Especial junto à Corte.

"Sinto a renovação dos meus antigos ideais ao ser reconduzida a este cargo", disse ela diante da platéia que superlotou a Salas de Sessões do TCE.

Ana Tereza reiterou ainda seu empenho pessoal para a consolidação de um Ministério Público mais forte e independente. Reafirmou sua disposição em colaborar para o aprimoramento do TCE.



"A importância dos TCEs no Processo Eleitoral" foi o tema de palestra do Procurador Regional Eleitoral, José Guilherme Ferraz, em junho/08, no Plenário do TCE. A iniciativa foi seqüência do programa de aprimoramento funcional da Corte.



Órgãos de controle interno e externo foram participantes da palestra proferida pelo Chefe da Agência Brasileira de Inteligência - Abin, Silvio Pires da Silva, no TCE. O tema foi a atividade de Inteligência e a Produção de Conhecimentos".



Servidores, auditores e membros do TCE superlotaram o Plenário Ministro João Agripino, em maio de 2007, para o lançamento do projeto TCE+Cultura, que em sua primeira edição homenageou o pintor Flávio Tavares nos seus 40 de atividade.



## **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**

Rua Prof. Geraldo Von Shosten, 147 - Jaguaribe  
Cep. 58.015-190 - João Pessoa(PB)  
Internet: <http://www.tce.pb.gov.br>

### **RELATÓRIO DE GESTÃO Equipe de Trabalho**

**Coordenação**  
Eurídice Cunha Dantas

**Produção de Textos e Revisão**  
Mirtzi Lima Ribeiro

**Edição e Textos**  
Genesio Souza Neto  
Frutuoso Chaves

**Fotos**  
Elias Félix

**Apoio Operacional**  
Jane Ribeiro Gomes  
Nilvanda Vieira Marques  
Sergio Accioly Gomes  
Micheline Cristhine Andrade Moraes

**Projeto Gráfico**  
Martinho Sampaio

**Impressão**  
Gráfica JB



Tribunal de Contas  
do Estado da Paraíba